

GÊNERO E POBREZA NO BRASIL

RELATÓRIO FINAL DO PROJETO *GOVERNABILIDAD DEMOCRATICA DE GÉNERO
EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE*

CONVÊNIO: COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL)
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM)

DRA. HILDETE PEREIRA DE MELO *
DOCENTE DA FACULDADE DE ECONOMIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

CEPAL
SPM
BRASÍLIA
2005

* Marcelo Nicoll, mestrando da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ENCE/IBGE), foi responsável pela programação dos microdados da PNAD/IBGE.

SUMÁRIO

RESUMO, 03

1. INTRODUÇÃO, 04

2. OS SIGNIFICADOS DA POBREZA, 06

2.1 UM DIÁLOGO COM A LITERATURA

2.2 UMA PROPOSTA DE LINHA DE POBREZA

3. A POBREZA NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO, 14

3.1 MULHERES E HOMENS NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA SÍNTESE

3.2 SOZINHAS E POBRES?

3.3 UM RETRATO DA POBREZA NO BRASIL: 2001

4. GÊNERO E PERFIL DA POBREZA, 23

4.1 RAÇA/COR

4.2 RAZÃO DE DEPENDÊNCIA

4.3 ESCOLARIDADE

4.4 ONDE ESTÃO AS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

4.5 GÊNERO E RENDIMENTOS: RENDA MÉDIA E MEDIANA

5. BEM-ESTAR E POBREZA, 39

À GUISA DE CONCLUSÕES, 42

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 45

RESUMO

Este trabalho a partir de uma breve resenha bibliográfica sobre pobreza na literatura sócio-econômica elabora de forma pioneira uma análise da pobreza no Brasil, com um enfoque de gênero. O estudo da situação de pobreza das mulheres e homens foi feito a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2001. A hipótese explorada no trabalho foi que existem fatores de gênero que incidem com maior peso na vida das mulheres que as tornam mais vulneráveis com a relação à pobreza. Conclui que apesar do progresso na redução das desigualdades de gênero ainda permanecem substanciais diferenças entre os sexos que além disso, é agravada pela questão racial, fazendo com que a pobreza brasileira tenha um rosto feminino negro.

Palavras-Chave: gênero, medição da pobreza, distribuição de renda, mercado de trabalho.

1 - INTRODUÇÃO

Nos últimos cinquenta anos um dos fatos mais marcantes ocorrido na sociedade brasileira foi à inserção crescente das mulheres na força de trabalho. Esse contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização, a queda das taxas de fecundidade proporcionaram um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. Segundo, a rebelião feminina do final dos anos 1960, nos Estados Unidos e Europa, como uma onda chegou nas nossas terras, em plenos anos de chumbo; apesar disso, produziu o ressurgimento do movimento feminista nacional fazendo crescer a visibilidade política das mulheres na sociedade brasileira.

Este sucesso influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres, porque proporcionou alterações na formação da identidade feminina, coadjuvado pela separação entre a sexualidade e a reprodução, proveniente da difusão da pílula anticoncepcional. Esta redefinição dos papéis femininos aconteceu em todas as classes sociais e elevou a taxa de participação feminina no mundo do trabalho e da política.

É preciso assinalar que esta *nova* mulher mantém uma interdependência entre vida familiar e vida do trabalho, que se fundem numa mesma dinâmica para o sexo feminino. Esta evidência remete à denúncia pelo movimento de mulheres da invisibilidade do trabalho feminino e as desigualdades que qualificam sua inserção produtiva (rendimentos inferiores, direitos previdenciários negados, obstáculos aos planos de ascensão a cargos e chefia). O tema da *invisibilidade* é sem dúvida o mais antigo das reivindicações feministas e refere-se, na verdade, à tentativa de uma nova interpretação do trabalho doméstico num debate com a Economia Política.¹

O avanço da industrialização e do seu corolário – a urbanização – separaram a mulher e sua família da esfera produtiva, tornando-a mera dona-de-casa. Esta uma figura criada pela sociedade moderna ao deslocá-la das antigas funções econômicas exercidas pelas famílias. O invisível é desvendado no plano simbólico quando se caracterizam os afazeres domésticos como trabalho complementar, acessório, de ajuda. O paradigma, da "*naturalidade*" da divisão sexual do trabalho, impõe às mulheres a responsabilidade pelo espaço doméstico, com um ônus alto pelo conjunto das funções reprodutivas. Mesmo o aumento de sua participação no mercado de trabalho não levou a uma maior distribuição das tarefas domésticas entre os membros da família, e tampouco gerou, ainda, uma ruptura total na estrutura patriarcal da família.

¹Ver sobre o assunto Melo & Serrano, 1997.

Ao lado das transformações ocorridas, devido à luta anônima de milhares e milhares de mulheres que modificaram o cotidiano feminino, essas mudanças também se refletiram no espaço acadêmico. Assim, nas últimas décadas rompeu-se o paradigma biológico relativo às diferenças entre os sexos, para analisar o tema “mulher” e um novo conceito emergiu - *gênero*. Segundo este, as diferenças que se observam nas relações entre homens e mulheres não são de origem biológica, mas de caráter social e cultural (Oakley, A, 1972, Soihet, R, 1997). Este enfoque conduz a uma nova abordagem das relações sociais assimétricas existentes entre mulheres e homens. Atribuída a distribuição desigual do poder entre ambos os sexos. Evidencia-se a reiterada ausência das mulheres do exercício do poder, tanto no setor público como no privado, e das esferas de representação política, onde são tomadas decisões de caráter coletivo que interferem na dinâmica social. Decisões que reafirmam os padrões históricos que determinam os papéis entre os sexos.

O uso do conceito *gênero* trata, assim de dar conta dessa vivência diferenciada das mulheres e homens na vida econômica e social e particularmente como assinala os estudos recentes da CEPAL ² enriquece a análise do fenômeno da pobreza, porque permite entendê-lo como um processo. Desta forma a hipótese explorada neste estudo é de que existem fatores de gênero que incidem como maior ou menor peso na vida das mulheres e homens, mas que para as mulheres este fardo é mais pesado, pois, elas reúnem duas fragilidades: **ser mulher e ser pobre**. Este trabalho tem como objetivo dimensionar a pobreza num enfoque de gênero, reconhecendo que tanto um como o outro, são conceitos historicamente tratados com bastante autonomia na literatura mundial e na brasileira. Além do mais na literatura nacional estes conceitos em sua maioria referem-se à pobreza de forma assexuada, ³ desta forma, este trabalho representa uma contribuição pioneira sobre o assunto, na medida que trata o tema sob o prisma de gênero.

Para cumprir seu objetivo este trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiro faz uma discussão das diversas acepções de pobreza, fazendo uma síntese das diferentes metodologias existentes para mensurar a pobreza e expondo sua escolha pelo enfoque monetário para analisar a pobreza sob o prisma de gênero. Segundo discute a trajetória feminina e masculina brasileira na última década e faz a aplicação da linha da pobreza para avaliar a distribuição de renda no país. Para complementar a análise foram construídos outros indicadores sócio-econômicos que possibilitam apreender outros aspectos da realidade da pobreza no Brasil.

² Durante o ano de 2003 a Unidad Mujer y Desarrollo – Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) realizou diversas reuniões com especialistas sócio-econômicos latino-americanos para debater a questão de gênero e pobreza. As duas últimas reuniões foram em Santiago do Chile (12 e 13 de agosto de 2003) e em La Paz (22, 23 e 24 de setembro de 2003), particularmente ver o Arriagada, Irmã & Torres, Carmen (1998). Ver também o livro “A questão de gênero no Brasil”, editado pelo Banco Mundial e CEPIA, 2003.

³ Há uma vasta literatura brasileira sobre o papel feminino no mercado de trabalho e sobre os diferenciais de rendimentos, no entanto, em relação com pobreza e gênero a literatura é bastante escassa. A título de exemplo, podemos observar esta lacuna, através, do exame da produção acadêmica de dois dos mais importantes pesquisadores do tema: Sonia Rocha e Rodolfo Hoffmann; os trabalhos de ambos tratam o tema de forma assexuada.

2 - Os significados de pobreza?

2.1 – UM DIÁLOGO COM A LITERATURA

O debate sobre pobreza e as tentativas de mensuração são antigas, na literatura sócio-econômica. No século XVIII surgiram as primeiras elaborações, David Ricardo (1982, edição brasileira) no prefácio do seu livro *Princípios de Economia Política e Tributação*, publicado em 1817 afirmar que a principal questão da Economia Política é determinar as leis que regulam a distribuição do produto (renda, lucro e salários) entre proprietários de terra, de capital e trabalhadores. Mas, sobretudo com o avanço da estatística, ao longo do século XIX, que apareceram os primeiros estudos sobre esta questão (Lavinias, L.,2003 e Salama & Destremau, 1999). Estes buscavam quantificar, bem como avaliar a natureza dos problemas sociais engendrados pela sociedade capitalista, ao longo do seu desenvolvimento no século XX. Embora, seja diferente a questão da distribuição funcional da renda da distribuição pessoal da renda, isto é, a distribuição das pessoas conforme seu rendimento, ou a distribuição das famílias conforme seu rendimento familiar como privilegia a abordagem de pobreza quando se dispõe apenas de informações sobre a renda das pessoas (Hoffmann, 1998). Medeiros (2003) confirma esta visão quando afirma que os estudos atuais sobre distribuição de renda no Brasil, na sua maioria referem-se a uma dimensão pessoal, obtida a partir das rendas do trabalho. As outras dimensões, tais como, a parcela salarial no produto e sua relação com os preços relativos e as margens de lucro são raramente analisadas na literatura contemporânea.

A natureza polêmica dos estudos sobre a pobreza levou as instituições internacionais a propor que estes trabalhos baseassem suas comparações e propostas de políticas públicas a partir da definição de linhas de pobreza relacionadas ao consumo e a renda. Particularmente fixaram um limiar de US\$ 1/dia por pessoa, baseado na paridade do poder de compra de 1985. Todavia, muitos estudiosos contestam as medidas baseadas na renda como insuficientes para explicar um fenômeno complexo como a pobreza. Nos anos 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresentou um índice para mensurar as condições de vida nos diferentes países, este ficou conhecido como índice de desenvolvimento humano – IDH – divulgado pela primeira vez em 1990. ⁴ Este índice não permite mensurar a incidência da pobreza nos diferentes países e em 1997 o próprio PNUD propõe um novo índice sintético – índice de pobreza humana (IPH) que agrega o percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos, a proporção de adultos analfabetos, mas a proporção da população sem acesso à água tratada e a de crianças menores de cinco anos com peso insuficiente.

⁴ O IDH é um indicador baseado na média aritmética simples de três indicadores relativos a aspectos da condição de vida – esperança de vida ao nascer, educação e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*.

Nota-se que o debate mundial sobre a questão da pobreza cresceu na última década e foram desenvolvidas inúmeras formas de mensurar o problema. Há um consenso de que o acesso à saúde e à educação, bem como no futuro se deverá incluir também o apoderamento ⁵ e a participação na vida cidadã como elementos significantes para dimensionar a real extensão do problema na sociedade mundial.

A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) tem produzido uma vasta literatura sobre a questão da pobreza e definiu um enfoque intermediário para fazer suas estimativas sobre a realidade da pobreza no continente latino-americano. Suas estimativas são feitas com base em cestas básicas alimentares nacionais e multiplicadas pelo coeficiente de Orshansky, para desta maneira obter linhas de pobreza regionais (CEPAL 2000) que permitam harmonizar hábitos nacionais com critérios de comparabilidade internacionais. O fortalecimento do movimento internacional de mulheres fez surgir uma forte produção acadêmica sobre a situação da mulher e essa inquietação refletiu-se nas linhas de pesquisa dos organismos internacionais. Na CEPAL não foi diferente e a criação da *Unidad Mujer y Desarrollo* provavelmente foi uma resposta a esta luta. Inserida neste contexto esta instituição desenvolve uma produção acadêmica abundante sobre o tema, privilegiando este enfoque, particularmente no ano de 2003 foram promovidos uma série de seminários para discutir pobreza sob o prisma de gênero e assim, contribui para a promoção de políticas públicas de combate à pobreza no continente. A instituição entende a pobreza como um fenômeno multidimensional, que associa subconsumo, desnutrição, condições precárias de vida, baixa escolaridade, inserção instável no mercado de trabalho e pouca participação política e social. A pobreza é o resultado de um processo social e econômico de exclusão social, cultural e política.

Nos últimos anos houve uma evolução das concepções de pobreza para além da carência de renda, na direção de conceitos mais abrangentes tais como: desigualdade, exclusão social e vulnerabilidade. A **desigualdade** proveniente da estrutura econômica continua sendo primeira razão da pobreza. Desigualdade de renda, desigualdade de acesso, desigualdade de meios, desigualdade na detenção de ativos. Segundo a CEPAL [2000 (a),35] na década de 1990, em cada 10 domicílios urbanos pobres, 7 são porque auferem rendimentos muito baixos, dois porque alguns membros estão desempregados e um apenas por causa da alta razão de dependência. A grande maioria da população pobre é assim constituída por trabalhadores mal remunerados, que ocupam postos pouco qualificados e carecem de um patamar constante e decente de proteção social. A insegurança no mercado de trabalho, a insegurança no emprego, a insegurança de renda continuam a alimentar a pobreza e a remodelar as formas de exclusão que geram por sua vez tensão social e desgoverno. Desta maneira, emergiu nos últimos vinte anos uma outra categoria analítica – **exclusão** – para analisar esta questão.

⁵ Este vocábulo tenta traduzir a palavra inglesa empowerment ainda sem uma correspondência exata em português. Atualmente tem sido traduzido como empoderamento, no entanto esta palavra não consta dos dicionários brasileiros, por isso prefiro utilizar o verbo apoderar como sua legítima tradução.

Lavinas (2003) resenhando o surgimento da categoria **exclusão** nos anos 1970 na França afirma que este conceito implica em considerar aspectos subjetivos, relativos às condições de vida dos indivíduos. Os pobres não conseguem apropriar-se dos frutos do crescimento econômico e isto vai além dos critérios objetivos de falta de renda, de moradia e pouca escolaridade. Excluídos são rejeitados socialmente, sofrem perda de identidade, com falência de laços comunitários e sociais.

A **exclusão** aparece menos como um estado de carência do que como uma trajetória ao longo da qual, a insuficiência de renda e a falta de recursos diversos somam-se às desvantagens acumuladas pelas pessoas no seu cotidiano miserável. São processos de rupturas, situações de desvalorização social, advindas da perda de *status* social e da redução drástica das oportunidades. Substituir o enfoque de pobreza pelo de exclusão é levar em consideração a vivência de insegurança, o excluído não controla seu futuro. Esta tem conotação negativa, significa má integração, seja pelo lado do sistema produtivo, seja pelo lado do padrão de consumo. A tônica da exclusão é dada pelo empobrecimento das relações sociais e das redes de solidariedade.

A **vulnerabilidade** por sua vez permite mostrar como determinados processos sociais conduzem a um evento potencialmente adverso, uma incapacidade de resposta e uma inadequada adaptação das pessoas para a nova situação. Por exemplo, a perda do emprego pode acarretar para uma pessoa ou família em uma perda de *status* ou a vivenciar uma situação de carências, desde a alimentar até a cultural. A noção de vulnerabilidade é particularmente útil porque exprime várias situações: identificar grupos que estão em situação de risco social, grupos que devido a padrões comuns de conduta tem probabilidade de sofrer algum evento danoso, identifica grupos que compartilham algum atributo comum e por isso são mais propensos a problemas similares. Assim, a análise social difundiu o uso deste conceito na literatura que trata do problema da pobreza, devido a que a medição de linhas de pobreza proporciona uma visão estática do fenômeno, quando no fundo este é dinâmico; uma família devido ao desemprego teve seus rendimentos drasticamente afetados e se encontra em condições de vulnerabilidade ante a pobreza.

Observa-se, desta forma que toda esta efervescência intelectual no debate da questão da pobreza tem produzido uma vasta literatura internacional sobre seu significado que incorpora outras dimensões, que vão além da definição do fenômeno e dos métodos de avaliação da extensão do problema. Como renda e consumo são variáveis cuja medição é problemática Salama & Destremau (1999,18) colocam que a pobreza é ao mesmo tempo, um fato e um sentimento. Com esta afirmação os autores querem alertar que reduzir a pobreza aos seus aspectos monetários ou à percepção de exclusão da cidadania, isto é, seja considerar um ou outro aspecto, é uma forma reducionista de analisar o problema. Isto é, medir pobreza sublinhando a falta de recursos que mulheres e homens têm para atender suas necessidades básicas e quais são as implicações desta mensuração; quaisquer dos métodos usados apresentam problemas para o desenho das políticas públicas, porque a taxa de

participação dos pobres na sociedade é profundamente afetada pela escolha dos parâmetros de mensuração.

O mais difundido método para relacionar pobreza e gênero tem sido o indicador das mulheres chefes de família; este é habitualmente utilizado como medida da feminilização da pobreza. Uma das razões para essa associação relaciona-se aos menores rendimentos femininos no mercado de trabalho: assim, as famílias chefiadas por mulheres deveriam ser as mais pobres entre os mais pobres. Atualmente, este conceito tem sofrido críticas que vão dos aspectos sociais relativos a que estas famílias incorporam um universo muito variado de situações familiares, ou que esta categoria é muito heterogênea. Pois, individualmente estas famílias percebem rendimentos inferiores, mas na década de 1990 houve um aumento proporcional das famílias chefiadas por mulheres entre os pobres e os não pobres. Todavia, as famílias chefiadas por mulheres ainda continuam sendo uma *proxy* da pobreza das mulheres, embora não haja evidências para todos os tipos de situação. Nas discussões feitas pela CEPAL no ano de 2003 algumas mudanças foram propostas para esta categoria, tais como, desagregar a chefia por famílias, tamanho e grupos etários.

Esta discussão da pobreza sob o prisma de gênero levanta questões específicas da vida das mulheres, que os dados estatísticos nem sempre revelam ou mesmo ocultam como o trabalho não remunerado.⁶ Este constitui um conceito central na lógica feminista para analisar a pobreza numa perspectiva de gênero. É óbvio que este não responde ao enfoque monetário, mas sua realização permite reproduzir a vida e desta forma o movimento de mulheres internacional tem tentado colocar sua medição na agenda política mundial. A questão se refere à forma de imputar valor monetário aos afazeres domésticos e incorporar esta mensuração aos valores das Contas Nacionais de cada país. É fundamental fazer esta imputação porque isso desvenda a importância do trabalho doméstico no cuidado do domicílio e das crianças, idosos e enfermos que são majoritariamente realizados pelas mulheres. A questão é que estas atividades não são intermediadas pelo dinheiro, seu *locus* é fora do circuito mercantil, portanto, este é um trabalho *invisível* e as pessoas que se ocupam destas tarefas são desvalorizadas socialmente. Ora, estas são atribuições do sexo feminino no seu papel tradicional e como o dia tem 24 horas, as longas jornadas de trabalho das mulheres tendem a ser menos intensas no mercado de trabalho, comparativamente àquelas realizadas pelos homens. Essa constatação é usada para explicar os diferenciais de rendimentos entre os sexos. Uma pesquisa recente de Deddeca (2004) mostra que 50% dos homens ocupados no Brasil, em média realizam afazeres domésticos, enquanto 90% das mulheres na mesma situação os fazem. As mulheres gastam nestas tarefas, em média 25 horas semanais, enquanto os homens destinam 10 horas. Há, portanto uma diferença substantiva entre os sexos. Todavia, as mulheres não são iguais na realização destas tarefas. A intensidade deste

⁶ A *Unidad Mujer y Desarrollo* da CEPAL faz um esforço para definir alguns indicadores que permitam responder a esta questão.

trabalho é maior entre as mulheres de menores rendimentos, conclui o citado estudo. Analisar estes aspectos do trabalho feminino é importante para o estudo da pobreza, porque nas famílias pobres e indigentes sua realização implica em mais trabalho e sofrimento para as mulheres.⁷

Um outro aspecto relevante para esta análise se refere à ocupação sem remuneração que vai além do trabalho para auto-consumo e engloba o exercício de atividades produtivas no âmbito familiar ou não, mas cuja característica são que as pessoas que as realizam não recebem remuneração. A proporção de mulheres ocupadas sem remuneração é superior a dos homens em todos os setores econômicos e sobretudo, na agropecuária esse fenômeno se manifesta de forma mais aguda. Portanto, devemos ressaltar esse aspecto dessa questão devido ao peso que o problema da ocupação sem remuneração tem para a discussão da pobreza e sua prevalência no âmbito das atividades rurais, mas infelizmente este aspecto não será tratado nesta pesquisa (Melo & Sabbato, 2000).

2.2 – UMA PROPOSTA DE LINHA DE POBREZA

Devido às limitações das fontes de dados este estudo privilegia o enfoque monetário como método de cálculo para identificação de quem é pobre; este método tem como base um indicador fixado arbitrariamente, sejam as pessoas com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, seja esta renda 2/3 da renda mediana disponível, o que importa é que este parâmetro define o público-alvo dos programas assistenciais. Portanto, a metodologia empregada apóia-se na elaboração de linhas de pobreza que separa os pobres dos não pobres, baseado no critério renda. Utilizar somente a renda implica em assumir que se pode estar cometendo deliberadamente um erro. Primeiro, porque as pessoas pobres têm renda errática, segundo como as pesquisas domiciliares são auto-declaratórias, há seguramente uma subestimação das rendas pessoais, sobretudo das rendas mais elevadas (Lluch, 1982), terceiro as transferências governamentais como vale transporte e *ticket* refeição são provavelmente subdeclaradas ou omitidas. Nota-se que há inúmeras restrições ao uso da variável *renda*, como instrumento para medir o bem-estar da sociedade, mas este corte analítico é muito difundido para este tipo de estudo, devido a que os demais métodos⁸ são dispendiosos e as informações são precárias para sua realização, sobretudo devido às dificuldades de mensuração do patrimônio das pessoas e estratégias de sobrevivência.

Com este quadro teórico este trabalho elabora indicadores de rendimentos cruzados com as variáveis de sexo, idade, escolaridade, posição na família, setores da atividade para analisar a pobreza de mulheres e homens brasileiros e assim contribui para a gestão de políticas públicas anti pobreza num viés de gênero. Sabe-se que o desenho das políticas públicas anti pobreza tem três desafios: (a) –

⁷ Este aspecto não foi analisado neste trabalho.

impedir que as pessoas morram de fome; (b) - possibilitar oportunidades para que os pobres saiam da pobreza, seja via programas de geração de renda, microcrédito e/ou desenvolvimento sustentado local, tais como a agricultura familiar; (c) – Impedir através de uma política social que se caia na pobreza, seja via pensões, seguro-desemprego.

Reconhecendo a importância destes desafios, este trabalho traça um perfil da pobreza brasileira, distinguindo na população total, as mulheres e homens, que de acordo com sua renda são pobres ou indigentes. O ponto de partida é o critério de renda, especificamente a renda familiar. Entende-se que a família é uma unidade de consumo e de rendimento. Nesta pesquisa se usa os múltiplos do salário mínimo, como os valores de definição para a população pobre.⁹ A base de dados utilizada é os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o ano de 2001. Também foram usados dados censitários produzidos pelo referido instituto para discutir as questões de gênero. A PNAD é uma pesquisa amostral anual, tendo como referência a situação da população em 30 de setembro de cada ano, exceto os anos em que são realizados o Censo Demográfico. Cobre todo o território nacional, com exceção das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, entrevista 100.000 domicílios.

Metodologia para a construção de linha de pobreza e indigência: esta questão está intimamente associada com a distribuição pessoal da renda conforme seu rendimento, ou a distribuição das famílias conforme seu rendimento familiar, usando os seguintes dados:

Número de Pessoas: É o número total de pessoas.

Família: Esta é definida pela metodologia do IBGE, fazem parte da família a pessoa de referência (denominado anteriormente como: chefe de família), o seu cônjuge, os filhos, outros parentes, e aqui também se considerou na família os agregados. Estão excluídos da família moradores de pensão, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Número de Famílias: O número total de famílias foi calculado a partir da contagem das pessoas de referência na situação familiar. Toda família tem uma, e somente uma, pessoa de referência, necessariamente. Para o órgão de estatística nacional (IBGE) o número de família não se confunde com o de domicílio (*hogar*), neste pode coabitar mais de uma família (IBGE, 1998).

⁸ A pesquisa "Padrões de Orçamentos Familiares – POF" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) faz uma análise do consumo dos brasileiros, foi a campo em 1997. No dia 5 de janeiro de 2004 foram divulgados resultados preliminares da POF para o biênio 2002/2003.

Renda Familiar *Per Capita*: Foi calculada a partir da soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, exclusive daquelas pessoas cuja condição na família fosse morador de pensão, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico, este somatório foi dividido pelo número de componentes da família.

Famílias Pobres e Indigentes: Foram consideradas como **famílias pobres** aquelas com renda familiar *per capita* menor ou igual a metade do salário mínimo vigente no mês de referência, setembro de 2001, que era de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) e acima de um quarto do salário mínimo vigente no mês de referência: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais). E **famílias indigentes** aquelas com renda familiar *per capita* menor ou igual a um quarto do salário mínimo vigente no mês de referência. Ou seja, auferiam R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) ou menos. É interessante notar que da maneira como foram construídas as variáveis, o conjunto das famílias pobres e indigentes não possui intercessão. Em complemento a estes conjuntos, foram criados mais dois grupos para que o total contemplasse todos os tipos de famílias: famílias não pobres e não indigentes, esta é composta pelas famílias com renda familiar *per capita* superior a R\$ 90,00 (noventa reais) no mês de referência, isto é, setembro de 2001; e os não classificados foram aquelas famílias sem declaração de renda familiar *per capita*.

Renda Média de Todas as Fontes de Trabalho: Foi calculada para os chefes de família a partir do somatório de todos os rendimentos provenientes do trabalho, seja ele principal ou secundário de todos os chefes de família e dividido pelo total de chefes de família.

A pobreza no Brasil tem uma dimensão importante, se estima que são 49 milhões as pessoas que vivem na pobreza e na indigência, o que equivale a 29% da população nacional (PNAD/IBGE, 2001). No Brasil, há diversos estudos e metodologias para estimar o tamanho da pobreza no país. Os dados estatísticos publicados pelo governo Fernando Henrique (1995/2002) mostram que após uma redução dos níveis de pobreza e indigência ¹⁰ entre 1993/95, houve uma estabilidade entre 1996/98 e ligeiro crescimento a partir de 1999. Um estudo relevante foi feito por Monteiro (1995) a partir de informações vinculadas à área de saúde. Calculando o Índice de Massa Corporal (IMC), ¹¹ este autor concluiu que no Brasil há uma prevalência de *deficit* energético leve, pois encontrou 4,9% da população (com 25 anos ou mais) brasileira abaixo do valor limite (18,5 kg/m). A taxa de participação

⁹ Salama & Destremau (1999, 19) sublinham as vantagens do uso da metade do salário médio ou 40%, 60% deste, o aspecto relativo da pobreza fica enfatizado e utiliza a distribuição dos salários para definir pobreza.

¹⁰ Esta linha foi estabelecida pelo cálculo de uma renda necessária para adquirir o valor de uma cesta de alimentos (Programa Fome Zero, 2001).

¹¹ Este índice avaliar a incidência de fome da população, entendida como falta de ingestão calórica (quantitativa). Calcula-se o IMC dividindo-se o peso de uma pessoa pelo quadrado de sua altura. O valor limite é 18,5 kg/m, é medido apenas para os adultos acima de 24 anos. Para a Organização Mundial da Saúde é normal que haja em um país, cerca de 3 a 5% de pessoas com IMC menor que 18,5 kg (Monteiro, 1995).

da população rural com *deficit* energético foi praticamente o dobro da encontrada para a população urbana.

A maioria dos estudos nacionais define pobreza como uma situação na qual as necessidades não são atendidas, depende basicamente do padrão de vida e da forma como estas diferentes carências podem ser satisfeitas num contexto socioeconômico, estuda principalmente a renda como variável básica na discussão da pobreza, fugindo da associação de pobreza à fome. O Programa Fome Zero do governo federal, o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) do Ministério do Planejamento estimam pobres e indigentes a partir dos dados de renda e a pesquisadora Rocha (2003) também. Indigentes e pobres são aqueles cuja renda familiar *per capita* é insuficiente para aquisição de uma alimentação adequada, mas eles não são necessariamente subnutridos. Desta forma a autora conclui que a utilizar a linha de pobreza e de indigência *para delimitar a população que passa fome significa, felizmente, superestimar o tamanho da pobreza* (Rocha, 2003, 174). Aliando o parâmetro monetário vinculado ao custo do atendimento das necessidades básicas e os aspectos da condição de vida, estes vinculadas à moradia, acesso a serviços públicos para qualificação da população que se situa abaixo da linha de pobreza, isto é, pobre do ponto de vista da renda. Com relação a esta abordagem há um certo consenso nos estudos brasileiros quanto à análise do problema da pobreza e este trabalho segue este fio condutor.

3. A POBREZA NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

3.1 - MULHERES E HOMENS NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA SÍNTESE

Na perspectiva cepalina pobreza e exclusão são fenômenos que atingem de forma diferenciada os sexos. Para as mulheres esta realidade de carências é mais aguda, uma vez que elas realizam uma gama enorme de atividades não remuneradas, seja no âmbito mercantil, seja no seio da família, pela dedicação às atividades do lar que as fazem serem majoritariamente dependentes da provisão masculina para o sustento de suas famílias. Como dentro das famílias há um intenso processo de redistribuição de renda e como há uma variação das necessidades de consumo com a idade das pessoas e as “economias de escala” nas despesas familiares que penalizam as mulheres, responsáveis pelo bem-estar familiar.

No mercado de trabalho, apesar da diminuição da desigualdade de gênero acontecida na década de 1990, não foram superados os obstáculos de acesso a cargos de chefia, bem como permanecem ainda diferenciais de rendimentos entre os dois sexos. Há uma nítida relação entre a divisão do trabalho e a pobreza das mulheres; a inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego. Assim, as mulheres continuam ainda concentradas em segmentos menos organizados da atividade econômica, são mais submetidas a contratos informais e tem menor presença sindical e desta maneira encontram-se mais expostas ao desemprego (Melo & Barros, 2000). Para melhor vislumbrar o problema da pobreza, este trabalho primeiro faz uma síntese das transformações do papel feminino na sociedade brasileira na última década e em seguida analisa a distribuição por gênero das famílias, seu perfil e os rendimentos dos seus membros na ótica da linha de pobreza.

Para ilustrar as transformações em curso no papel feminino vamos fazer uma breve síntese da sociedade brasileira nos anos 1990. Um dos fatos mais notáveis foi o enorme crescimento da escolaridade feminina e o aumento da sua esperança de vida, como mostram as tabelas 1 e 2. Os efeitos das práticas anticonceptivas difundidas nas últimas décadas expressam-se na baixa taxa de crescimento da população residente brasileira, que caiu para 1,63% ao ano, sendo que na região Norte e Nordeste ainda apresentam taxas de fecundidade mais altas que a média nacional. Na realidade as diferenças entre as taxas de fecundidade refletem a escolaridade feminina e representam um indicador de desigualdade social: as mulheres com menos de quatro anos de estudos têm uma taxa de fecundidade de 3,2 contra 1,6 das mais educadas (IBGE, 2003, 26). Quanto à esperança de vida esta cresceu cerca de três anos para ambos os sexos, mas as mulheres vivem quase oito anos a mais do que os homens como mostra a tabela 2, isto explica a sobre-presença de mulheres no país.

Tabela 1 – População residente segundo o sexo – Brasil – 1991/2000

Ano	Total	Homens	Mulheres
1991	146.825.475	72.485.12	74.340.35
		2	3
2000	169.799.170	83.576.01	86.223.15
		5	5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Tabela 2 – Esperança de vida ao nascer (em anos) segundo o sexo – Brasil – 1991/2000

Ano	Total	Homens	Mulheres
1991	66,0	62,6	69,8
2000	68,6	64,8	72,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Tabela 3 – Taxa de alfabetização e de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo o sexo – Brasil – 1991/2000

Ano	Total	Homens	Mulheres
Taxa de alfabetização %			
1991	79,93	80,15	79,72
2000	86,37	86,23	86,50
Taxa de analfabetismo %			
1991	20,07	19,85	20,28
2000	13,63	13,77	13,50

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Com relação ao aumento da escolaridade feminina, sabemos que esta foi uma conquista das mulheres. Ao longo de todo o século XX, estas se empenharam para ter acesso às escolas e universidades nacionais. Assim, na última década do século vinte observamos a redução significativa do analfabetismo feminino, embora ainda em 1991, a participação relativa de mulheres analfabetas com mais de 15 anos fosse maior do que o de homens, como mostra a tabela 3. Na verdade, a sociedade brasileira fez um grande esforço conjunto para vencer o analfabetismo, de modo a que, entre 1991 e 2000, a taxa de analfabetismo na população brasileira passasse de 20,07% para 13,63%, chegando as mulheres a uma posição um pouco melhor que a masculina.

No plano macroeconômico, na década de 1990 a economia brasileira alternou períodos curtos de expansão com retração, sendo que, de 1991 a 2001, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma taxa média de 2,7% ao ano. Além do baixo crescimento da economia, a década foi marcada pela abertura do mercado doméstico ao comércio internacional, e pela implantação de políticas de controle da inflação. Em 1991, o PIB *per capita* passou para US\$ 2.574 e, em 2000, para US\$ 2.916. Olhando para a população feminina, os anos 1990 representaram um significativo aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, que saíram de uma taxa de participação de 32,5%, em 1991, para 40%, em 2000. Assim, o PIB *per capita* feminino, em 1991, foi de US\$ 1.362 e passou para US\$ 1.731, em 2000 (tabela 4), apresentando um crescimento, no período, de 27%, enquanto que o masculino cresceu 8,59%.¹² É certo que houve uma melhora dos rendimentos femininos, mas eles ainda estão muito aquém dos masculinos (ver nota 12), o que significa que as mulheres continuam sendo mais pobres que os homens.

Tabela 4 – PIB per capita (em dólares) – Brasil – 1991/2000

Ano	PIB <i>per capita</i> – População total	PIB <i>per capita</i> – População feminina
1991	2.574	1.362
2000	2.916	1.731

Fonte: Censos Demográficos, 1991 e 2000 e IPEADData. Obs.: Série deflacionada pelo deflator implícito do PIB nominal, taxa de câmbio R\$/US\$ comercial venda média de 2001.

O quadro econômico traçado acima permite concluir que **as mulheres vivem mais e são bem mais pobres que os homens**. No entanto, a estruturação do mercado de trabalho mudou a sua condição de atividade: a taxa de atividade feminina passou de uma média em torno de 20% da população economicamente ativa (PEA) entre os anos de 1920 a 1960 para 40% em 2000 (Censos Demográficos/IBGE), considerando apenas a taxa de participação feminina no Brasil metropolitano, esta passou de 43,3%, em 1994 para 43,9% em 2001 (IBGE/PME). Este crescimento da taxa de atividade feminina deve ser interpretado como resultante da queda da fecundidade, da expansão da escolaridade, aumento do número de famílias chefiadas por mulheres e mudanças nos valores relativos ao papel social feminino, nesta década, cada vez mais voltado ao trabalho fora de casa.

Esse aumento das mulheres trabalhadoras no mercado de trabalho não superou os obstáculos de acesso a cargos de chefia e diferenças salariais; estes, embora tenham diminuído nos anos 1990,

¹² O PIB *per capita* masculino teve os seguintes valores: 1991, US\$ 3.806 e 2000, US\$ 4.133. A fórmula para o cálculo do PIB *per capita* feminino foi baseada na metodologia da ONU para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

ainda permanecem e simplesmente significam que as mulheres aceitaram postos de trabalhos miseráveis, para sobreviver com sua família, já que as taxas de desemprego feminino são significativamente maiores do que da população masculina. As trabalhadoras brasileiras concentram-se nas atividades do setor serviço; 80% delas estão ocupadas como professoras, serviços de saúde, comerciárias, cabeleireiras, manicures, funcionárias públicas, mas o contingente feminino mais importante está concentrado no serviço doméstico remunerado, primeira ocupação das mulheres brasileiras. São negras cerca de 56% das domésticas e usufruem ainda os menores rendimentos da sociedade (Melo, 1998).

Todavia, há uma notícia alvissareira, pois estudos recentes (Lavinias, 2001 e Barros, 2003) mostram que houve uma diminuição dos diferenciais de rendimento por gênero e que a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi acompanhada de ganhos de rendimentos mais elevados para a parcela feminina ocupada. Para comprovar esta afirmação Barros (2003) estimou o *Índice de Gini* para todas as categorias sócio-ocupacionais, cujos trabalhadores obtiveram rendimento; desagregando estes dados por sexo o cálculo revelou que em 2001 houve uma melhora na distribuição de renda das mulheres ocupadas e que diminuiu a desigualdade entre as mulheres, sendo um pouco menor que entre os homens. Os valores estimados por Barros para o *índice de Gini* feminino foram de 0,540 (1992) para 0,532 (2001) e para o masculino 0,532 (1992) e 0,537 (2001), enquanto que a desigualdade para toda a população aumentou na década de 0,549 para 0,554 respectivamente.

Por outro lado, as mulheres brasileiras vivem uma transformação no âmbito da família, nesta ainda predomina a chefia masculina, mas dos domicílios com a tradicional dona-de-casa, surgem novas famílias cuja pessoa de referência, agora, são mulheres. Vejamos os dados: segundo o Censo Demográfico de 2000, havia no Brasil um contingente de 86.223.155 mulheres (tabela 1); destas, 69.994.104 acima de dez anos de idade (tabela 5). As condições de atividades destas mulheres eram as seguintes: 44% delas pertenciam à população economicamente ativa e 56% não eram economicamente ativas. Da população inativa feminina, separando as meninas moças de dez a dezenove anos de idade (45%), que provavelmente são estudantes na sua maioria, os 55% restantes destas mulheres são com certeza donas-de-casa (casadas, viúvas, divorciadas) e aposentadas. As donas-de-casa, com exceção das proprietárias de bens, vivem dos rendimentos do marido, pensões ou são sustentadas pelos filhos. Portanto, seu bem-estar é determinado por transferências de rendas de outros membros da família, o que as coloca em situação de relativa penúria.

Tabela 5 – Brasil, pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo e condições de atividade, 2000.

Condições de Atividade	Sexo		
Total	Mulheres	69.994.104	100%
	Homens	66.433.106	100%
Economicamente Ativa	Mulheres	30.530.361	44%
	Homens	45.628.169	70%
Não Economicamente Ativa	Mulheres	38.767.586	56%
	Homens	20.120.108	30%

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2000.

3.2 - SOZINHAS E POBRES ? ¹³

As transformações no papel da família que engendraram estas novas formas de organização doméstica foram desde a redução do tamanho da família até o crescimento da proporção de famílias, cujas pessoas responsáveis são mulheres. Para comprovar tem-se que em 2000, havia 11.160.635 de mulheres responsáveis por domicílios no Brasil; isto corresponde a uma taxa de participação de 12,9%, num total de 44.795.101 domicílios. Portanto, 24,9% destes tinham mulheres como responsáveis (tabela 6). Esta feminilização é um fenômeno tipicamente urbano, pois 91,4% destes domicílios estão localizados nas cidades, sobretudo nos estados e capitais das Regiões Nordeste e Sudeste. É um fenômeno urbano. A zona rural permanece ainda mantendo a família tradicional e apenas 8,6% dos domicílios rurais são chefiados por mulheres. Apesar da distribuição regional refletir a distribuição geográfica da população, o caso nordestino deve ser considerado, porque nesta região se concentra a maior taxa de domicílios (25,9%) com responsáveis mulheres. Esta solidão é em parte explicada pela intensidade da migração nordestina masculina, aliada as mudanças culturais que exarcebaram o fenômeno. Em contraste, tem-se o tradicional domicílio com responsável masculino, este tem uma distribuição urbano-rural menos desigual.

Tabela 6 – Brasil, Pessoas responsáveis pelos domicílios, por sexo, 2000

Total	Homens	Mulheres
44.795.101	33.634.466	11.160.635

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2000.

Trabalhadoras ou donas-de-casa estas mulheres responsáveis por domicílios são mais velhas: um terço delas tem mais de 60 anos, isto é, 53,3% dos domicílios sob responsabilidade feminina são predominantemente chefiados por viúvas. Na faixa etária de 30 a 50 anos são mulheres separadas ou divorciadas, pois são nestas faixas etárias que acontecem a maioria das dissoluções dos casamentos. No entanto, há um número expressivo de lares comandados por mulheres jovens, mães solteiras, principalmente nas periferias das grandes cidades, estas mulheres são a principal clientela dos programas de combate à pobreza. É preciso chamar atenção para o grupo etário feminino de 15 a 19 anos que tem uma taxa de participação expressiva em relação aos outros grupos etários do conjunto das mulheres responsáveis por domicílios, são 27,4% que vivem nas áreas mais carentes das periferias urbanas de todo o país (IBGE, 2002, 17).

Destes domicílios comandados por mulheres, em 68,6% deles há filhos, mas estes são mais velhos do que aqueles em domicílios de responsabilidade masculina. Todavia, isto não pode velar o fato de que em 2000, no conjunto das crianças brasileiras de zero a seis anos de idade, 18% viviam em domicílios cujos responsáveis eram mulheres. Esta proporção é bem superior no Distrito Federal e nas cidades de Salvador, Recife e Belém; esses em geral são domicílios mais pobres, pois em 60% deles o rendimento médio não ultrapassa a dois salários mínimos.

Isto é importante, porque os dados dos censos anteriores comprovam que há um peso importante dos rendimentos do responsável pela família (70%) no orçamento familiar. Como no caso dos domicílios cujos responsáveis são mulheres, estas na sua maioria não têm cônjuge, é provável que esta percentagem seja maior (ver as tabelas seguintes). O Censo Demográfico de 2000 mostra que o rendimento médio das mulheres responsáveis pelo domicílio corresponde a 3,9 salários mínimos (Preços de 2000) e o rendimento mediano não ultrapassava a 1,8 salário mínimo. Comparando esta situação com a masculina observa-se que as mulheres auferem 71,5% do valor do rendimento dos homens; esta situação melhorou na década, porque em 1991 esta diferença era um pouco maior: cerca de 63,1%.

No universo dos domicílios cujos responsáveis são mulheres há 1.995.138 habitados por apenas um morador (unipessoais), correspondendo a 17,9% do total. Esta situação é muito diferente dos domicílios unipessoais masculinos, que são apenas 6,2% do total. Como as mulheres vivem mais e são habituadas a realizarem tarefas domésticas, ficar sozinha não as amedronta, seja pela viuvez, separação ou abandono.

¹³ Informações baseadas na publicação "*Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil, 2000*", Rio de Janeiro, IBGE, 2002.

3.3 – UM RETRATO DA POBREZA NO BRASIL: 2001

De forma ainda preliminar, no Brasil em 2001, havia um pouco mais de 50 milhões de famílias no Brasil e o número médio de pessoas destas foi de 3,34 pessoas. Este número demonstra uma queda na taxa de fecundidade da população brasileira, que objetivamente reduziu o número de componentes do núcleo familiar. No ano de 1980, o número médio de pessoas neste núcleo era de 4,5 pessoas (IBGE, 2002); nota-se que em vinte anos há uma transição demográfica em curso no país, também se observa um ligeiro crescimento da taxa de participação feminina na população total (tabela 7). A distribuição da população segundo a raça/cor e sexo mostra a seguinte distribuição: 53% branca, 46% negra (preto e parda) ¹⁴ e são asiáticos e indígenas o restante. A população feminina é maioria, mas não para as mulheres pretas, estas são um contingente menor que o masculino (tabela 8). Embora, as pesquisas ainda sejam insuficientes, este *deficit* de mulheres pretas provavelmente indica uma mortalidade precoce destas e o pequeno superávit de mulheres pardas confirma essa hipótese.¹⁵

Tabela 7 - Brasil – 2001

Número de famílias	50.465.099	
Número de pessoas	169.369.557	
Número médio de pessoas na família	3,34	
Distribuição das Pessoas por Sexo		
	Absoluto	%
<i>Masculino</i>	82.456.030	48,68%
<i>Feminino</i>	86.913.527	51,32%
<i>Total de Pessoas</i>	169.369.557	100,00%

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

Tabela 8 – BRASIL – 2001, segundo sexo e raça

Raça/Cor	Masculino	Feminino	Total
<i>Branca</i>	43.151.613	47.246.668	90.398.281
<i>Preta</i>	4.832.390	4.720.758	9.553.148
<i>Parda</i>	33.962.097	34.431.333	68.393.430
<i>Outras</i>	501.197	501.902	1.003.099
<i>Ignorado</i>	8.733	12.866	21.599

¹⁴ Neste trabalho a raça/cor negra refere-se a população preta e parda.

¹⁵ Em depoimento, numa audiência pública da Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres com o Ministro da Previdência e da Seguridade Social, em agosto de 2003, uma liderança do movimento de mulheres negras fez essa denúncia, de que as negras não chegavam a se aposentar devido à morte precoce.

Total | 82.456.030 | 86.913.527 | 169.369.557

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

Tabela 9 - BRASIL - 2001 Distribuição da População segundo Regiões e Raça

	Branca	Preta	Parda	Outras	Total
Norte	1,6%	0,2%	3,9%	0,02%	5,7%
Nordeste	8,4%	1,7%	18,4%	0,1%	28,6%
Sudeste	27,6%	2,9%	12,6%	0,3%	43,5%
Sul	12,7%	0,5%	1,8%	0,1%	15,1%
Centro-Oeste	3,1%	0,3%	3,6%	0,1%	7,0%
Total	90.398.281	9.553.148	68.393.430	1.003.099	169.347.958

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

A tabela 9 mostra a distribuição racial da população brasileira pelas diversas regiões do país, constata-se que no Nordeste há um maior peso da população negra, pois cerca de 70% desta são pretos e pardos. O Sul é branco com 84% da sua população de descendência européia e o Sudeste apresenta a distribuição racial reversa da encontrada para o Nordeste. Vejam, a taxa de participação dos brancos é de 63% e a dos pretos e pardos de 36%, o que mostra o peso da imigração européia no Sudeste, em detrimento do forte afluxo dos nordestinos nos anos 1940/60 para região. Estes dados são interessantes, por que mostram que a **concentração da pobreza segue de perto a concentração da população negra**, embora o estado de Santa Catarina (Sul) tem a menor proporção de brancos pobres do país, mas tem uma proporção de negros pobres duas vezes maior (Rede Feminista de Saúde, Dossiê, 2003, 9), isso significa que a pobreza tem cor, estas questões ficam explícitas nos demais itens do trabalho.

A tabela 10 mostra a distribuição dos membros da família, desagregada por sexo, apesar desta tabela ser uma fotografia para o ano de 2001, pode-se afirmar que houve uma mudança nos padrões de organização da família brasileira com o aumento relativo das famílias cujas pessoas de referência são mulheres. Esta classificação substituiu a antiga nomenclatura "chefe de família" que representava uma compreensão tradicional dos papéis socialmente reservados aos homens e mulheres na sociedade conjugal. Nota-se que as mulheres são a referência do domicílio em cerca de 16 % das famílias

brasileiras, mas 78% permanecem nos papéis de cônjuges e filhas, enquanto estes papéis são exercidos por 50% dos homens. ¹⁶

Tabela 10 - Brasil – 2001

Distribuição das Pessoas por Situação na Família e Sexo

	Masculino	Feminino	Total
Pessoa de referência (Chefe)	44%	16%	30%
Cônjuge	1%	38%	20%
Filho	48%	40%	44%
Outro parente	5%	6%	6%
Outra situação	0,5%	1%	1%
Total de Pessoas	82.456.030	86.913.527	169.369.55
			7

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

¹⁶ A figura do empregado doméstico refere-se aqueles trabalhadores que não possuem um domicílio próprio, mesmo que fosse para passar o domingo e feriados. Isto é, dividem o domicílio do patrão.

4. - GÊNERO E PERFIL DA POBREZA

Explicitada a realidade sócio-econômica brasileira fez-se o corte da linha de pobreza e indigência, segundo a metodologia definida acima, os resultados aparecem nas tabelas abaixo. Queremos chamar atenção para os problemas que o estabelecimento destas linhas acarretam. O primeiro, refere-se a que os dados usados para fazer a separação foi a variável renda, portanto, só foram considerados os rendimentos monetários. Todavia, há outras formas de sobrevivência que os dados não captam, tais como, redes de solidariedade familiares/comunitárias e bens patrimoniais. Desta forma, os números apresentados neste trabalho provavelmente superestimam a pobreza brasileira. Por este corte - variável renda, é imenso o problema da pobreza na sociedade brasileira. Vejam: 29% das pessoas no Brasil de 2001 vivem situação de miséria e pobreza, isso representa 23% das famílias brasileiras na penúria (tabela 11).

Acreditando que talvez haja uma certa superestima neste número, sabemos que perambulando pelas grandes metrópoles brasileiras e interior do Nordeste somos esmagados pela presença da pobreza, mas o que questionamos é o tamanho dela que estes números expressam. Que ela existe, existe, mas a sua real dimensão talvez não seja exatamente esta. De concreto temos estes números explicitados abaixo, constata-se que as famílias pobres e indigentes sejam menos numerosas do que as não pobres (tabela 11) e de forma interessante a repartição entre os sexos mantenha o perfil demográfico nacional (tabela 12).

Um país continental e com diferenciações regionais tão marcantes de desenvolvimento econômico, como é o caso brasileiro, isso implica em situações de pobreza e miséria mais fortes entre as regiões brasileiras. É preciso deixar claro que esta análise da pobreza sobre o ângulo regional padece do problema, de que a metodologia de construção da linha de pobreza não levou em conta os diferenciais de custo de vida para os pobres, que se observa em função das necessidades diversas de consumo básico e de preços ao consumidor nas diversas regiões do país. O objetivo foi delimitar a população pobre, a partir de um patamar de rendimentos definido como um patamar mínimo, como foi estabelecido na definição da linha de pobreza. Relativamente à região nordestina concentra o maior contingente de pobres e indigentes do país (tabela 13), pois agregando se as duas populações a participação destes na população total do Nordeste a taxa de participação é maior que as pessoas não pobres.

Olhando para posição das mulheres no seio da família, temos os dados da tabela 14, esta ressalta a importância da chefia familiar feminina, para esta pesquisa esta é uma informação significativa porque estas famílias são mais vulneráveis à pobreza, seja devido às dificuldades das mulheres de conciliarem trabalho fora de casa com as tarefas de cuidar dos filhos (ver Barros & Fox & Mendonça, 1993), seja pelos menores rendimentos auferidos por elas. De qualquer maneira não há uma discrepância entre a média nacional de famílias chefiadas por mulheres (26%, IBGE, 2002) com a taxa de participação mostrada pela tabela 14, isto é, 27% para as famílias pobres e 25% para as famílias indigentes.

Tabela 11 - Brasil – 2001

	Total das Famílias		Famílias Pobres		Famílias Indigentes	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Nºfamílias	50.465.099	100	7.408.689	14,68	4.152.718	8,23
Nºpessoas	169.369.557	100	29.165.246	17,22	19.782.440	11,68
Nºmédio pessoas na família	3,34		3,94		4,76	

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

Tabela 12 - Brasil – 2001

Distribuição das Pessoas por Sexo	Famílias Pobres		Famílias Indigentes	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Masculino	14.130.507	48,4	9.734.508	49,2
Feminino	15.034.739	51,6	10.047.932	50,8
Total de Pessoas	29.165.246	100	19.782.440	100

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

Tabela 13 - BRASIL - 2001 Distribuição da População segundo Regiões

	INDIGENTES	POBRES	NÃO POBRES	TOTAL
Norte	0,7%	1,3%	3,4%	5,7%
Nordeste	7,2%	7,3%	13,1%	28,6%
Sudeste	2,4%	5,4%	34,5%	43,5%
Sul	0,9%	2,0%	11,9%	15,1%
Centro-Oeste	0,5%	1,2%	5,1%	7,0%
<i>Total</i>	<i>19.782.440</i>	<i>29.165.246</i>	<i>115.261.553</i>	<i>169.369.557</i>

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

Tabela 14 - Brasil – 2001

Posição na Família	Famílias Pobres			Famílias Indigentes		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Chefe	5.385.115	2.023.574	7.408.689	3.101.831	1.050.887	4.152.718
Cônjuge	143.515	5.095.111	5.238.626	60.653	2.997.147	3.057.800
Filhos	7.716.331	6.944.538	14.660.869	6.126.461	5.596.195	11.722.656
Outros	885.546	971.516	1.857.062	427.636	383.507	811.143
Total de Pessoas	14.130.507	15.034.739	29.165.246	9.716.581	10.027.736	19.744.317

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

4.1 – RAÇA/COR

O Brasil é um país multirracial, onde brancos e negros representam 99% da população total, mas a distribuição da riqueza não acompanha esta partição racial. A raiz escravocrata permanece como uma chaga, e os dados mostram a extrema desigualdade da distribuição dos rendimentos quando se desagregam os dados por cor/raça na sociedade brasileira no início do novo milênio. A auto-representação da sociedade brasileira de que somos uma democracia racial cai por terra diante das disparidades das desigualdades entre brancos e negros.¹⁷

Vejamos os números para 2001: A população acima das linhas de pobreza e indigência é composta por 62% de brancos e 37,5% por pretos e pardos, portanto já não temos a mesma distribuição demográfica racial. Considerando os pobres e indigentes a questão fica mais explicitada. Os pobres são 61% negros e estes enquanto indigentes alcançam a extraordinária taxa de participação de 71% como mostram as tabelas 15, 16 e 17. A desagregação dos dados por sexo mostra que a

¹⁷ Sobre a questão racial no Brasil, entre outros, ver numa perspectiva histórica ver Melo & Araújo & Marques (2003), Hasenbalg (1979), Grossi, Mauro & Graziano, José, & Tabaki, Maya, (2001) e diversos trabalhos de Paixão, Marcelo, com destaque para o artigo (2003, 57/70).

distribuição das mulheres e homens pelos diversos tipos de famílias: pobres, indigentes e não pobres seguem uma determinada taxa de participação que é de certa maneira similar às proporções da divisão entre os sexos, isto é, como temos um saldo a mais de mulheres na população brasileira e estas são relativamente mais numerosas em todas as raças, com exceção das mulheres pretas. É importante assinalar que particularmente neste caso a taxa de participação é idêntica, o que talvez sugira uma maior representação das mulheres pretas entre pobres e indigentes. Famílias pobres, indigentes e não pobres, por sexo se distribuem de forma idêntica na sociedade brasileira e evidencia a concentração de negras(os) e de pobres no Norte e Nordeste (ver tabela 18).

Tabela 15 - BRASIL - 2001 Distribuição das Pessoas em Famílias

NÃO POBRES NEM INDIGENTES			
Segundo Raça e Sexo			
	Masculino	Feminino	Total
<i>Branca</i>	29,6%	32,2%	62%
<i>Preta</i>	2,6%	2,4%	5%
<i>Parda</i>	16,4%	16,1%	32%
<i>Outras</i>	1%	1%	1%
<i>Ignorada</i>	0,0%	0,0%	0,0%
Total	56.422.375	58.839.178	115.261.553

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

Tabela 16

BRASIL - 2001 Distribuição das Pessoas em Famílias

POBRES			
Sexo			
Raça			
	Masculino	Feminino	Total
<i>Branca</i>	18,1%	20,5%	38,6%
<i>Preta</i>	3,4%	3,5%	6,9%
<i>Parda</i>	26,8%	27,4%	54,2%
<i>Outras</i>	0,1	0,2%	0,3%
<i>Ignorada</i>	0,00%	0,00%	0,00%
Total	14.130.507	15.034.739	29.165.246

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

Tabela 17

BRASIL - 2001 Distribuição das Pessoas em Famílias

INDIGENTES			
Sexo			
Raça			
	Masculino	Feminino	Total
<i>Branca</i>	14,2%	15,0%	29,2%
<i>Preta</i>	3,4%	3,4%	6,8%
<i>Parda</i>	31,5%	32,2%	63,7%
<i>Outras</i>	0,2%	0,1%	0,3%
<i>Ignorada</i>	0,00%	0,01%	0,00%
Total	56.422.375	58.839.178	115.261.553

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

Tabela 18 - BRASIL – 2001

Distribuição das Pessoas nas Regiões Segundo Tipo de Família, Sexo e Raça

		POBRES		INDIGENTES		NÃO POBRES		TOTAL	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Norte	Branco	20,6%	22,8%	19,2%	20,4%	30,1%	33,2%	26,3%	28,8%
	Pretos	3,3%	2,8%	3,5%	3,4%	4,1%	3,0%	3,9%	3,0%
	Pardos	76,1%	74,2%	77,0%	75,8%	65,4%	63,5%	69,5%	67,9%
	Outros	0,1%	0,2%	0,2%	0,4%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%
	Total	1.087.013	1.143.867	621.539	632.799	2.933.527	2.909.237	4.801.308	4.922.520
Nordeste	Branco	24,1%	26,7%	21,6%	23,0%	34,1%	37,3%	28,1%	30,8%
	Pretos	6,5%	6,2%	6,1%	6,1%	6,3%	5,4%	6,3%	5,8%
	Pardos	69,1%	66,7%	71,8%	70,7%	59,3%	56,9%	65,2%	63,1%
	Outros	0,3%	0,3%	0,4%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
	Total	6.087.251	6.314.210	6.021.981	6.152.345	10.776.819	11.328.138	23.619.275	24.837.375
Sudeste	Branco	47,4%	49,1%	39,2%	37,6%	66,8%	69,1%	62,6%	64,2%
	Pretos	10,4%	10,1%	10,6%	10,4%	6,2%	5,6%	7,0%	6,5%
	Pardos	41,8%	40,6%	49,9%	51,9%	26,0%	24,4%	29,6%	28,5%
	Outros	0,4%	0,2%	0,2%	0,2%	0,9%	0,9%	0,8%	0,8%
	Total	4.292.137	4.787.829	1.937.994	2.083.577	28.446.903	30.034.907	35.588.777	38.127.867
Sul	Branco	74,2%	75,6%	69,7%	70,5%	85,9%	87,6%	83,2%	84,7%
	Pretos	3,8%	4,8%	6,0%	6,1%	3,1%	2,8%	3,4%	3,3%
	Pardos	21,5%	19,1%	24,2%	23,4%	10,4%	9,0%	12,9%	11,4%
	Outros	0,5%	0,5%	0,2%	0,1%	0,6%	0,5%	0,5%	0,5%
	Total	1.672.237	1.708.168	733.638	734.196	9.956.297	10.201.161	12.578.160	12.935.372
Centro-Oeste	Branco	33,1%	34,8%	26,9%	28,9%	46,5%	49,7%	42,5%	45,1%
	Pretos	3,6%	3,4%	5,4%	4,2%	4,1%	3,0%	4,1%	3,2%
	Pardos	62,8%	61,1%	67,5%	66,5%	48,6%	46,5%	52,6%	50,8%
	Outros	0,5%	0,7%	0,3%	0,4%	0,7%	0,8%	0,8%	0,9%
	Total	989.900	1.077.051	418.177	441.741	4.303.244	4.362.019	5.859.777	6.077.527
Total Brasil	Branco	37,5%	39,7%	28,8%	29,6%	60,5%	63,0%	52,3%	54,4%
	Pretos	6,9%	6,8%	6,8%	6,7%	5,4%	4,8%	5,9%	5,4%
	Pardos	55,3%	53,2%	64,0%	63,5%	33,4%	31,6%	41,2%	39,6%
	Outros	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,7%	0,7%	0,6%	0,6%
	Total	14.128.538	15.031.125	9.733.329	10.044.658	56.416.790	58.835.462	82.447.297	86.900.661

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

4.2 - RAZÃO DE DEPENDÊNCIA

A razão de dependência na família consiste na proporção de pessoas com 15 anos ou menos de idade e pessoas com 60 anos ou mais, considerados dependentes, sobre aqueles com idade entre 16 e 59 anos completos, considerados não dependentes. Esta razão é nula quando a família é constituída apenas por pessoas classificadas como dependentes ou naquelas famílias em que todos os membros são classificados como não dependentes. Esta medida permite apresentar mais uma característica para analisar as famílias brasileiras, pois possibilita avaliar o grau de vulnerabilidade das famílias pobres para a formação da renda. Os estudos sociológicos mostram que as famílias brasileiras são na grande maioria nucleares (pai, mãe, filhos), estas famílias tem grande participação entre os pobres.¹⁸ A razão de dependência por idade,¹⁹ é mais elevada nas famílias com crianças menores que exigem maiores cuidados e não permitem, muitas vezes, que as mães se inseriram no mercado de trabalho. O cálculo da razão de dependência média foi feito de duas maneiras: excluindo aquelas famílias onde a dependência é nula, e considerando todas as famílias. Alternativamente, optou-se por uma categorização da variável razão de dependência separando as famílias com razão nula, das com razão de até 0,5, famílias com razão de 0,5 até 1, de 1 até 2 e famílias com razão de dependência acima de 2. Os resultados estão expressos nas tabelas 19 e 20, estas mostram a dependência por renda e confirmam os resultados já mostrados por Rocha (2003).

Tabela 19

BRASIL – 2001 Distribuição das Famílias Segundo classes de Razão de Dependência Familiar

Com relação ao Total por Tipo de Família					
	TOTAL	INDIGENTES	POBRES	NPNI	NC
<i>Razão Nula</i>	35,52%	33,30%	34,13%	36,12%	34,19%
<i>Até 0,5</i>	25,02%	24,17%	24,71%	25,16%	25,34%
<i>Maior que 0,5 até 1 inclusive</i>	25,23%	25,85%	25,61%	25,10%	24,92%
<i>Maior que 1 até 2 inclusive</i>	11,63%	13,25%	12,16%	11,29%	12,75%
<i>Maior que 2</i>	2,59%	3,43%	3,39%	2,33%	2,80%

¹⁸ Rocha (2003, 153) analisando os dados da PNAD/IBGE de 1999 encontrou uma taxa de participação de 60,2% de famílias nucleares entre as famílias pobres, enquanto esta categoria de família correspondia a uma taxa de 52,6% para as famílias não pobres.

¹⁹ A taxa de dependência por idade foi definida como o número de pessoas de menos de 15 anos e mais de 60 anos em relação ao número total de pessoas na família. A taxa de dependência por renda é a relação entre o número de pessoas sem rendimento na família e o número total de pessoas na família.

Total de Famílias | 50.465.099 | 4.152.718 | 7.408.689 | 37.011.045 | 1.892.647
(absoluto)

Fonte: PNAD/IBGE, 2001. Tabulações especiais da Melo & Nicoll, 2003.

NPNI – Famílias não pobres e nem indigentes; NC – Famílias sem declaração de renda *per capita*.

Tabela 20 - BRASIL - 2001 Distribuição das Famílias segundo classes de Razão de Dependência Familiar (Com relação ao total de famílias) - %

	TOTAL	INDIGENTES	POBRES	NPNI	NC
Razão Nula	100%	7,71%	14,10%	74,57%	3,61%
Até 0,5	100%	7,95%	14,50%	73,76%	3,80%
Maior que 0,5 até 1 inclusive	100%	8,43%	14,90%	72,96%	3,70%
Maior que 1 até 2 inclusive	100%	9,37%	15,35%	71,17%	4,11%
Maior que 2	100%	10,89%	19,21%	65,86%	4,04%
Total de Famílias	100%	8,23%	14,68%	73,34%	3,75%

Fonte: PNAD/IBGE, 2001. Tabulações especiais da Melo & Nicoll, 2003.

NPNI – Famílias não pobres e nem indigentes; NC – Famílias sem declaração de renda *per capita*.

Para complementar esta análise da razão de dependência a tabela 21 mostra a distribuição das pessoas por faixa etária, regiões e tipos de família e observa-se que no Brasil há uma **maior concentração de crianças nas famílias pobres e indigentes, e nas famílias não pobres, ao contrário há uma maior taxa de participação de idosos**. Há, portanto, uma maior fecundidade nas famílias pobres, mas em contrapartida não se fica velho nelas, os pobres morrem mais cedo. Este padrão repete-se em todas as regiões brasileiras. Esta informação é extremamente importante por que permite fazer um desenho de políticas públicas que privilegie as famílias pobres e indigentes para efeito de transferências de rendas.

Tabela 21

BRASIL - 2001 Distribuição das Pessoas segundo Faixas de Idade, Regiões e Tipo de Família

		INDIGENTES	POBRES	NÃO POBRES	TOTAL
Norte	De 0 a 4 anos	17,6%	14,8%	8,0%	11,5%
	De 5 a 7 anos	11,1%	8,6%	4,7%	6,6%
	De 8 a 9 anos	7,8%	5,6%	3,4%	4,5%
	De 10 a 14 anos	16,6%	12,8%	9,3%	11,0%
	De 15 a 19 anos	10,7%	12,6%	11,8%	11,8%
	De 20 a 29 anos	12,8%	18,2%	20,8%	19,3%
	De 30 a 59 anos	21,9%	23,7%	34,4%	29,5%
	60 anos ou mais	1,5%	3,8%	7,7%	5,7%
	Total	1.255.594	2.231.266	5.843.065	9.725.771
Nordeste	De 0 a 4 anos	16,3%	10,2%	5,7%	10,3%
	De 5 a 7 anos	10,5%	7,2%	4,0%	6,6%
	De 8 a 9 anos	6,7%	4,8%	2,6%	4,3%
	De 10 a 14 anos	15,4%	13,4%	8,0%	11,2%
	De 15 a 19 anos	11,0%	12,9%	10,6%	11,3%
	De 20 a 29 anos	13,8%	16,9%	18,8%	17,2%
	De 30 a 59 anos	24,6%	28,7%	35,5%	30,4%
	60 anos ou mais	1,6%	6,1%	14,8%	8,8%
	Total	12.174.816	12.401.937	22.105.168	48.457.827
Sudeste	De 0 a 4 anos	16,5%	13,3%	6,4%	8,3%
	De 5 a 7 anos	11,5%	8,3%	4,2%	5,2%
	De 8 a 9 anos	7,4%	5,3%	2,7%	3,3%
	De 10 a 14 anos	14,9%	13,0%	8,0%	9,0%
	De 15 a 19 anos	9,7%	10,0%	9,7%	9,7%
	De 20 a 29 anos	13,1%	14,8%	17,8%	17,3%
	De 30 a 59 anos	25,1%	29,6%	39,9%	37,4%
	60 anos ou mais	1,9%	5,6%	11,3%	9,8%
	Total	4.023.368	9.084.480	58.489.811	73.733.218
Sul	De 0 a 4 anos	15,4%	13,4%	6,7%	8,4%
	De 5 a 7 anos	10,7%	8,5%	4,5%	5,5%
	De 8 a 9 anos	6,0%	5,4%	2,9%	3,5%
	De 10 a 14 anos	16,6%	13,0%	8,2%	9,3%
	De 15 a 19 anos	10,2%	9,6%	9,5%	9,6%
	De 20 a 29 anos	11,8%	13,9%	17,0%	16,4%
	De 30 a 59 anos	27,8%	31,2%	39,7%	37,6%
	60 anos ou mais	1,5%	4,9%	11,4%	9,8%
	Total	1.468.423	3.380.612	20.157.458	25.514.328
Centro-Oeste	De 0 a 4 anos	15,8%	14,0%	7,4%	9,6%
	De 5 a 7 anos	10,7%	8,6%	4,8%	6,0%
	De 8 a 9 anos	6,8%	5,7%	3,2%	4,0%
	De 10 a 14 anos	16,3%	13,5%	8,5%	10,0%
	De 15 a 19 anos	8,6%	9,5%	10,4%	10,1%
	De 20 a 29 anos	13,4%	16,8%	20,1%	19,0%
	De 30 a 59 anos	26,9%	27,4%	37,5%	34,5%
	60 anos ou mais	1,5%	4,5%	8,1%	6,9%
	Total	860.239	2.066.951	8.666.051	11.938.413
Total Por Idade	De 0 a 4 anos	16,3%	12,2%	6,5%	9,2%
	De 5 a 7 anos	10,7%	7,9%	4,3%	5,8%
	De 8 a 9 anos	6,9%	5,2%	2,8%	3,7%
	De 10 a 14 anos	15,5%	13,2%	8,1%	9,8%
	De 15 a 19 anos	10,6%	11,3%	10,0%	10,3%
	De 20 a 29 anos	13,4%	16,0%	18,2%	17,3%
	De 30 a 59 anos	24,9%	28,8%	38,5%	34,8%
	60 anos ou mais	1,7%	5,5%	11,5%	9,1%
Total Global	19.782.440	29.165.246	115.261.553	169.389.557	

Fonte: PNAD/IBGE, 2001. Tabulações especiais da Melo & Nicoll, 2003.

Complementando a análise da razão de dependência, foi feita uma avaliação da possibilidade de que os(as) filhos(as) possam também contribuir para geração de renda na família. Como no interior da família há uma esfera de poder que passa pela contribuição de cada membro a esta geração de rendimentos, este trabalho pretende verificar se nas famílias mais pobres há uma maior participação das jovens gerações neste processo. Essa é uma informação importante porque seu resultado pode mudar as políticas de combate à pobreza, pois, sua negação evidencia a vulnerabilidade das famílias indigentes e pobres.

Como mostrou a tabela 21, cerca de 19% da população brasileira tem até nove anos de idade e aproximadamente 10% da população tem 60 anos ou mais. São quase 30% da população que teoricamente é dependente da geração de renda da população adulta, como foi visto nas tabelas 19 e 20. Para conhecer melhor essa contribuição cruzou-se com grau de instrução os dados dos filhos(as) ocupados(as) nas idades de 15/19 anos e 20/24 anos e todos(as) os filhos(as) com idade acima de 10 anos até 60 anos que têm uma ocupação e vivem com suas famílias. A tabela 22 mostra o resultado dessa análise estatística. A primeira observação se relaciona ao fato que há uma prevalência do sexo masculino em todos os tipos de família, provavelmente as mulheres nessas faixas etárias já constituíram uma outra família. Segundo, não há grande discrepância nas taxas de participação da escolaridade e as famílias indigentes, pobres e não pobres, isto é, o maior peso se concentra na faixa de escolaridade de 5/8 anos de estudos que exprime a média brasileira para os(as) jovens de 15/19 anos e numa escolaridade mais baixa (1/4 anos de estudos) para os de 20/24 anos.

Tabela 22

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS E NA CONDIÇÃO DE FILHO NA FAMÍLIA - Brasil 2001
Segundo Faixa Etária, Anos de Estudo, Sexo e Tipo de Família

	De 15 a 19 anos			De 20 a 24 anos			Total*		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
FAMÍLIAS POBRES									
<i>sem instrução</i>	8%	2%	6%	15%	2%	11%	10%	2%	8%
<i>1 a 4 anos de estudo</i>	36%	24%	32%	37%	20%	32%	43%	32%	40%
<i>5 a 8 anos de estudo</i>	44%	48%	45%	30%	30%	30%	35%	42%	37%
<i>9 a 12 anos de estudo</i>	10%	25%	15%	17%	45%	24%	10%	23%	14%
<i>13 ou mais anos de estudo</i>				0,1%	1%	0,5%	0,04%	0,3%	0,1%
<i>não determinado</i>	2%	2%	2%	1%	2%	1%	1%	1%	1%
total	631.714	296.338	928.052	369.846	133.580	503.426	1.307.582	585.104	1.892.686
FAMÍLIAS INDIGENTES									
<i>sem instrução</i>	11%	6%	10%	24%	10%	21%	14%	8%	12%
<i>1 a 4 anos de estudo</i>	47%	37%	44%	43%	26%	39%	56%	49%	54%
<i>5 a 8 anos de estudo</i>	36%	46%	39%	22%	30%	24%	25%	35%	28%
<i>9 a 12 anos de estudo</i>	5%	9%	6%	10%	31%	14%	4%	8%	5%
<i>13 ou mais anos de estudo</i>									
<i>não determinado</i>	1%	2%	1%	1%	3%	2%	1%	1%	1%
total	522.554	204.917	727.471	183.845	55.204	239.049	1.150.013	458.906	1.608.919
FAMÍLIAS NÃO POBRES NEM INDIGENTES									
<i>sem instrução</i>	10%	3%	8%	18%	4%	14%	12%	5%	10%
<i>1 a 4 anos de estudo</i>	41%	29%	37%	39%	22%	34%	49%	39%	46%
<i>5 a 8 anos de estudo</i>	40%	48%	42%	27%	30%	28%	30%	39%	33%
<i>9 a 12 anos de estudo</i>	8%	18%	11%	15%	41%	21%	7%	16%	10%
<i>13 ou mais anos de estudo</i>				0,1%	1%	0,3%	0,02%	0,2%	0,1%
<i>não determinado</i>	1%	2%	2%	1%	2%	2%	1%	1%	1%
total	1.163.865	502.593	1.666.458	556.522	189.520	746.042	2.477.968	1.046.654	3.524.622

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

* Total referente à todas as idades.

4.3 - ESCOLARIDADE

Há uma grande popularidade no campo da literatura sócio-econômica a respeito da teoria do capital humano na explicação da distribuição de renda. Esta teoria focaliza notadamente as características das pessoas para explicar os diferenciais de rendimentos destas e das famílias, devido ao

grau de instrução. Isto é, a educação e o treinamento são responsáveis pela diversidade da capacidade produtiva das pessoas, pois, pressupondo um mercado de trabalho competitivo e funcionando em perfeito equilíbrio as pessoas com as mesmas características obteriam rendimentos semelhantes. Este trabalho não pretende aprofundar esta questão, apenas indicar que a existência do debate sobre a correlação entre educação e rendimentos. No entanto, pesquisas empíricas constataam uma forte associação estatística entre instrução e rendimentos, embora isso não implique numa relação de causa e efeito (Santos, 2002, IV).

Hoffmann (2000) estimou que a contribuição marginal da variável educação nas equações de rendimentos para os dados da PNAD de 1997 é de 21,8% e que o coeficiente da escolaridade na equação geral, mostra que o rendimento esperado cresce 11% para cada ano a mais de estudo. Com este resultado o autor conclui que o capital humano continua sendo na análise de regressão, o maior determinante do rendimento das pessoas, embora haja uma grande possibilidade de que este coeficiente da educação esteja superestimado pela exclusão da variável valor do capital.²⁰ Admitindo que o grau de instrução pode ser um elemento de barreira no mercado de trabalho, esta pesquisa faz um corte nas famílias desagregando-as segundo os rendimentos e a escolaridade. Para complementar foi feita uma abertura, segundo sexo, para a pessoa de referência da família (chefe) para testar a vulnerabilidade das mulheres. Os resultados estão apresentados nas tabelas 23, 24 e 25.

A primeira constatação é que nas famílias mais pobres concentram-se relativamente mais pessoas sem instrução, isto é, **o analfabetismo é um problema dos pobres**. Na tabela 23 os indigentes analfabetos e com até quatro anos de estudos representam 81% dos indigentes e esta taxa de participação atinge 70% dos pobres, enquanto que para as pessoas não pobres esta taxa é de 44%. A faixa mais instruída, com curso superior incompleto e completo (13 ou mais anos de estudos) tem uma taxa de 7,8% dos não pobres para traços estatísticos nos pobres e indigentes. Nada mais perverso que estes números, sobre a relação entre renda e instrução.

A segunda constatação refere-se ao corte entre as mulheres e os homens chefes com relação ao grau de instrução, observa-se que se mantém de maneira geral a mesma distribuição da tabela 23. Deve ser ressaltado que os analfabetos e com pouca instrução do sexo masculino apresentam taxas de participação mais alta do que as verificadas para as mulheres (tabela 24). No entanto, ambos os sexos apresentam taxas de participação maiores nos níveis de escolaridade mais baixas, tanto nas famílias pobres, como nas indigentes. Como se trata de pessoas com pesadas responsabilidades familiares, são

²⁰ Ney & Hoffmann (2003) citando um estudo de Hoffmann de 2000 que calculou estimativas para taxas de retorno diferenciadas por ano de estudo para cada setor de atividade, encontrou os seguintes valores: 7,6% na agricultura, 10,4% na indústria e 11,5% nos serviços.

chefes de família, isso se traduz numa vida de penúria para toda a família (tabelas 24 e 25). É interessante notar que as mulheres chefes têm uma maior taxa de participação em relação aos homens chefes, na faixa de escolaridade mais alta e tanto para elas como para eles esta taxa é superior em relação à tabela 23.

Tabela 23

Brasil – 2001 Distribuição das Pessoas segundo Anos de Estudo e Tipo de Família

	INDIGENTES	POBRES	NÃO POBRES
sem instrução	45,0%	35,1%	19,4%
1 a 4 anos de estudo	36,2%	35,1%	25,0%
5 a 8 anos de estudo	15,1%	21,9%	24,5%
9 a 12 anos de estudo	3,2%	7,1%	22,8%
13 ou mais anos de estudo	0,1%	0,2%	7,8%
não determinado	0,5%	0,6%	0,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, tabulações especiais, Melo & Nicoll, 2003.

Tabela 24 - BRASIL - 2001 Distribuição de Anos de Estudos das Mulheres Chefes de Família

Segundo Tipo de Família	INDIGENTES	POBRES	NÃO POBRES
Sem Instrução	28,4%	29,4%	18,3%
1 a 4 anos de estudo	35,3%	32,2%	27,6%
5 a 8 anos de estudo	26,5%	23,5%	20,2%
9 a 12 anos de estudo	8,3%	13,4%	21,7%
13 ou mais anos de estudo	0,3%	0,6%	11,5%
Não determinado	1,2%	0,9%	0,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, tabulações especiais, Melo & Nicoll, 2003.

Tabela 25 - BRASIL - 2001 Distribuição de Anos de Estudos dos Homens Chefes de Família

Segundo Tipo de Família	INDIGENTES	POBRES	NÃO POBRES
Sem Instrução	39,7%	27,7%	12,3%
1 a 4 anos de estudo	40,9%	40,4%	28,8%

5 a 8 anos de estudo	15,4%	24,1%	25,0%
9 a 12 anos de estudo	3,5%	7,1%	22,7%
13 ou mais anos de estudo	0,1%	0,2%	10,7%
Não determinado	0,4%	0,5%	0,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, tabulações especiais, Melo & Nicoll, 2003.

4.4 - ONDE ESTÃO AS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO?

Diante das limitações da análise da pobreza derivada do enfoque monetário este trabalho traz outras variáveis para sua avaliação e assim dispor de outros aspectos que forneçam novos elementos ao estudo em tela. O mercado de trabalho brasileiro possui algumas características que são importantes para o fenômeno da pobreza, tais como: reduzida remuneração, elevada jornada de trabalho, pouca qualificação e baixa proteção social que são mais sofridos pelas mulheres trabalhadoras. Para cumprir com o objetivo desta pesquisa, foi feita uma classificação dos setores de atividade em grandes grupos ocupacionais como explicita a tabela 26, e aplicou-se o recorte da linha da pobreza para conhecer a realidade da ocupação feminina e masculina.

As diferenças entre os sexos iniciam-se na distribuição da população ocupada, porque as mulheres estão concentradas em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais, menor presença sindical e mais expostas ao desemprego. Uma outra questão importante refere-se ao peso da execução de trabalho não remunerado, cuja participação feminina é quase o dobro da masculina e reforça o caráter precário das ocupações femininas, mas que não possível tratar neste estudo.

A intensa terceirização da economia brasileira na década de 1990 favoreceu as mulheres a inserção feminina no mundo do trabalho, porque é na prestação de serviços que há um claro predomínio entre as mulheres, nesta tabela esta ocupação agrega as domésticas. Esta é a primeira ocupação feminina, o que exprime com clareza o drama da pobreza feminina, pois, esta ocupação aufere ainda a pior remuneração das atividades econômicas e estão alocadas nesta ocupação, aproximadamente, 19% das trabalhadoras brasileiras. Os dados da tabela mostram que a maior taxa de participação na ocupação das mulheres nas famílias não pobres e pobres está na prestação de serviços, que engloba o serviço doméstico remunerado, perde nas indigentes para as ocupações agrícolas. Estes números permitem concluir que os **indigentes brasileiros (mulheres e homens) concentram-se na zona rural**, como atestam os números da tabela 26 e as atividades agropecuárias

apresentam os piores dados de distribuição de renda do Brasil, como confirma a pesquisa de Ney & Hoffmann (2003). Nas famílias pobres esta ocupação tem peso, mas perde no caso da ocupação feminina para a prestação de serviços, o grande exército de mulheres urbanas pobres exercem esta atividade (particularmente, o serviço doméstico remunerado). Os homens pobres continuam com uma grande participação na ocupação agrícola, mas já são também trabalhadores industriais, provavelmente da construção civil.

Tabela 26

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPO DE OCUPAÇÃO – Brasil 2001

Segundo Sexo e Tipo de

Família

	POBRES			INDIGENTES			NÃO POBRES NEM INDIGENTES		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Técnica, científica artística e assemelhada	1%	4%	2%	1%	1%	1%	7%	16%	11%
Administrativa	3%	3%	3%	1%	1%	1%	15%	17%	16%
Agropecuária e produção extrativa vegetal e animal	40%	30%	36%	65%	53%	60%	14%	10%	12%
Indústria de transformação	26%	8%	19%	13%	7%	11%	26%	9%	19%
Comércio e atividades auxiliares	9%	11%	10%	6%	8%	7%	12%	16%	14%
Transporte e comunicação	4%	0%	2%	2%	0%	1%	8%	1%	5%
Prestação de serviços	3%	36%	15%	2%	27%	11%	3%	23%	11%
Outra ocupação, ocupação mal definida ou não declarada	15%	8%	12%	10%	4%	8%	15%	8%	12%
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

A concentração da pobreza nas ocupações da agropecuária é a informação mais importante da tabela 26, mostra que há bolsões de pobreza e que estes se concentram em algumas atividades econômicas, os pobres e indigentes são ocupados nas atividades rurais e esta concentração é mais grave para os trabalhadores(as) das famílias indigentes, não importa o sexo: 65% dos homens e 53% das mulheres indigentes são agricultores(as). Há uma solidariedade na desgraça e essa constatação reforça a idéia de que a reforma agrária seja uma diretriz para a política agrária nacional e que sua

aplicação provocará uma melhoria na distribuição de renda no Brasil. Os autores Ney & Hoffmann (2003) estudando a distribuição da renda na agropecuária, avaliaram que devido à concentração da propriedade da terra no Brasil, estas atividades apresentam a pior distribuição de renda de todas as atividades econômicas e como a posse da terra apresenta alto grau de hereditariedade combate à pobreza no país passa pela reforma agrária como demonstra a tabela 26, estes autores concluem que a posição na ocupação das atividades agrícolas está claramente associada à posse da terra e a concentração da terra é evidente pois a área média dos empreendimentos dos empregadores agrícolas é de 221 ha. e os negócios agrícolas realizados por conta própria a média é de 26,2ha. Assim, as ocupações na agropecuária refletem melhor a riqueza das pessoas do que nos demais setores econômicos, porque na agricultura o empregador é o proprietário da terra (Ney&Hoffmann, 2003, 149).

O grupo ocupacional indústria de transformação engloba os ocupados da construção civil, este é um setor econômico tipicamente empregador de trabalhadores de baixa escolaridade, tradicionalmente a ocupação na indústria da construção é a porta de entrada do trabalhador masculino no mercado de trabalho urbano. De forma interessante os homens pobres têm como segunda ocupação em ordem de importância a ocupação na indústria de transformação, e esta é a primeira nas famílias não pobres para os homens. Todas as ocupações que implicam maior grau de escolaridade apresentam taxas de participação maiores para o conjunto das famílias não pobres e isso é válido para mulheres e homens.

De forma interessante, a tabela 26 explicita que a ocupação das famílias não pobres tanto para as mulheres como para os homens não apresentam o grau de concentração evidenciado nos pobres e indigentes. Vejam, os grupos ocupacionais, administrativo, técnico e comércio são representativos da ocupação das famílias não pobres para ambos os sexos, mas com significados diferentes para as mulheres: no administrativo o peso é das servidoras públicas, no técnico das professoras, Melo & Lastres (2003) estudando as mulheres com instrução superior observaram que professoras é a maior ocupação destas mulheres, isto é, cerca de 1/3 delas exercerem a profissão de docentes (1, 2, e 3 graus), enquanto para os homens há uma pulverização por todos os campos da ocupação como aparece na tabela citada, por último no comércio são as balconistas.

4.5 - GÊNERO E RENDIMENTOS: RENDA MÉDIA E MEDIANA

Analisar os diferenciais de rendimentos entre os sexos no mercado de trabalho é um dos temas mais tratados no âmbito da literatura sócio-econômica brasileira. A partir da noção da divisão sexual do trabalho e de que o trabalho tem sexo e fica grávido, houve um avanço nas pesquisas para explicar as

diferenças entre mulheres e homens. Porque é neste campo, onde se verifica com maior nitidez a desigualdade entre os sexos.

As tabelas 27 e 28 mostram a renda média e mediana da pessoa de referência das famílias brasileiras. A escolha deste membro da família é devido ao seu papel central como provedor das necessidades familiares, cerca de 70% das necessidades das famílias são atendidas pela renda dos responsáveis pela família, mas, estes dados devem ser olhados com cautela devido ao critério utilizado, isto é, a renda monetária de todos os trabalhos para fazer o corte da linha de pobreza na população. Os dois indicadores construídos, renda média e a mediana, mostram primeiro que tanto na tabela 27 como na 28 a renda média é superior a mediana para todas as famílias, isto indica que a distribuição de renda é assimétrica e há uma grande desigualdade na sociedade, algumas famílias auferem rendimentos muito superiores à maioria. Segundo, a renda média e a mediana, recebida pelos chefes das famílias indigentes estão abaixo do salário mínimo vigente na época. Para as famílias pobres estes indicadores são superiores ao salário mínimo, sendo que a renda média tem um acréscimo um pouco maior que 50% do salário mínimo e a renda mediana de um pouco mais que 40% do mesmo parâmetro. Para os não pobres a renda média é multiplicada por sete em relação ao salário mínimo e a renda mediana por quatro. Isto demonstra a distância entre os rendimentos das pessoas no país.

Tabela 27 – Brasil – 2001

Renda Média de Todas as Fontes de Trabalho dos Chefes das Famílias*

Segundo Tipo de Família

	Média	Mediana
<i>Famílias Indigentes</i>	139,35	135,00
<i>Famílias Pobres</i>	270,73	250,00
<i>Famílias Não Pobres nem Indigentes</i>	1.292,74	750,00
<i>Total das Famílias</i>	993,15	520,00

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

* Real de setembro de 2001

A tabela 28 apresenta problemas mais graves, desvela a penúria feminina na sua maior crueza; a renda média e a mediana feminina são inferiores a masculina para todos os tipos de famílias. **A desigualdade de rendimentos é uma realidade para todas as mulheres.** Claro que há diferenças entre as mulheres, bem como para os homens entre si. Olhando para a renda média nota-se que as mulheres auferem rendimentos de cerca de 70% dos masculinos, e considerando a mediana estes ganhos são de cerca de 66% dos recebidos pelo sexo masculino. Outras pesquisas trabalhando com o

recorte de raça e gênero concluem que as mulheres negras em todas as regiões do Brasil são as mais vulneráveis em termos de rendimentos (Rede Feminista de Saúde, Dossiê, 2003).

Tabela 28 – Brasil 2001

Renda Média e Mediana de Todas as Fontes de Trabalho dos Chefes de Família

Segundo sexo e Tipo de Família

	Masculino		Feminino	
	Média	Mediana	Média	Mediana
Famílias Indigentes	148,46	150,00	112,48	100,00
Famílias Pobres	289,17	270,00	221,65	180,00
Famílias Não Pobres nem Indigentes	1.399,58	800,00	989,82	590,00
Total das Famílias	1.093,31	580,00	727,63	375,00

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

5 - BEM-ESTAR E POBREZA

Como forma de minimizar os problemas decorrentes da medição da pobreza pelo enfoque monetário esta pesquisa apresenta abaixo dados sobre as condições de vida das pessoas, segundo o recorte utilizado da tipologia das famílias: pobres, indigentes e não pobres. Para fazer esta avaliação foram construídos quatro indicadores do nível de bem-estar das pessoas, através do acesso delas aos serviços públicos de: água encanada, saneamento (esgoto sanitário), coleta de lixo e iluminação elétrica²¹. Rocha (2003) traçando um perfil da pobreza, analisou para o ano de 1999, o acesso a bens duráveis e concluiu que embora haja um diferencial marcante de acesso entre pobres e não pobres quanto ao consumo de bens, pode-se verificar que alguns itens já se encontram na maioria dos domicílios pobres brasileiros, como é o caso de fogão, geladeira e televisão. Esta disseminação destes bens evidencia que as famílias pobres (a autora não separou os indigentes) têm algumas estratégias para se apropriar desses bens duráveis e esta estratégia os aproxima do padrão de vida dos não pobres²².

Para obter uma análise sobre o prisma de gênero separamos estes dados para as famílias, cuja pessoa de referência é do sexo feminino e masculino. Acreditamos que estas informações podem agregar mais elementos para análise da pobreza e a sua feminilização, as tabelas abaixo mostram esta realidade para o Brasil e suas as regiões.

Primeiro os indicadores de acesso aos serviços públicos básicos revelam a quase universalização da energia elétrica, tanto do ponto de vista da pobreza como da distribuição territorial, não há discrepância entre as regiões. Até porque quem não utiliza energia elétrica não vive no século XXI, claro que os indigentes ainda não estão inteiramente inseridos no mundo iluminado, mas comparando com saneamento (esgoto sanitário) a diferença é gritante. A quase universalização dos serviços de energia elétrica explica a difusão da utilização da geladeira e televisão já encontrada por Rocha (2003) para 1999.

Segundo que o acesso ao serviço de saneamento adequado ²³ (esgoto sanitário) é restrito para a população e mesmo as famílias não pobres apresentam taxas de participação diferenciadas entre as regiões, isso demonstra a diversidade do desenvolvimento regional nacional, onde as regiões Norte e Nordeste são as mais atrasadas e este indicador reflete essas condições materiais de vida das suas

²¹ A escolha desses serviços é devido a que apenas esses são investigados pela PNAD.

²² Uma dessas estratégias é o mercado de segunda mão.

²³ Saneamento adequado significa posse de rede coletora de esgoto, seja pluvial ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial.

populações, outro indicador que apesar da sua importância para a vida humana tem taxas de participação melhores que o saneamento, mas fica aquém do mínimo de condições de saúde para a população, é dispor de água encanada na suas moradias. Há diversidade de situações entre as famílias e estas também aparecem no corte regional, pode-se afirmar que as famílias não pobres têm praticamente a universalização da água e as taxas caem um pouco para os pobres e mais para os indigentes.

O último indicador é importante para os centros urbanos porque implica na coleta do lixo, esta também caminha para a universalização com uma gradação dos não pobres e pobres para os indigentes. Como um pouco mais de 80 da população brasileira é urbana, contar com coleta de lixo é um indicador de melhores condições de vida. Vejam as tabelas que diferenciam as moradias chefiadas por mulheres das chefiadas por homens, estas nos reservam surpresa. O esperado era que as moradias femininas apresentassem piores condições em todos os indicadores, refletindo os menores rendimentos auferidos pelas mulheres, mas não é essa a realidade. Ao contrário, todos os indicadores são melhores para as moradias femininas (tabelas 30 e 31). Nossa conclusão é que as mulheres chefes, sozinhas sem parceiro, talvez se empenhem mais em conseguir melhores condições de moradia e de vida para suas famílias.

Tabela 29

PERCENTUAL DE PESSOAS COM DETERMINADAS CARACTERÍSTICAS DE MORADIA - Brasil 2001
Segundo Regiões e Tipo de Família

	Com Água Encanada	Com Saneamento Adequado	Com Coleta de Lixo	Com Iluminação Elétrica
FAMÍLIAS POBRES				
<i>Norte</i>	58%	7%	73%	96%
<i>Nordeste</i>	61%	19%	61%	89%
<i>Sudeste</i>	91%	62%	81%	97%
<i>Sul</i>	92%	28%	72%	95%
<i>Centro-Oeste</i>	83%	21%	77%	94%
<i>Total Brasil</i>	76%	33%	70%	93%
FAMÍLIAS INDIGENTES				
<i>Norte</i>	46%	5%	60%	89%
<i>Nordeste</i>	39%	10%	41%	78%
<i>Sudeste</i>	80%	48%	70%	94%
<i>Sul</i>	79%	17%	54%	83%
<i>Centro-Oeste</i>	70%	13%	65%	86%
<i>Total Brasil</i>	52%	18%	50%	83%
FAMÍLIAS NÃO POBRES NEM INDIGENTES				
<i>Norte</i>	81%	16%	89%	98%
<i>Nordeste</i>	81%	36%	78%	94%
<i>Sudeste</i>	98%	84%	95%	100%
<i>Sul</i>	98%	53%	88%	99%
<i>Centro-Oeste</i>	94%	39%	88%	98%
<i>Total Brasil</i>	94%	63%	90%	98%

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

Nota: 1) Foram excluídos os casos não classificados.

2) Saneamento adequado significa posse de rede coletora de esgoto ou pluvial ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial.

Tabela 30

PERCENTUAL DE FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES COM DETERMINADAS CARACTERÍSTICAS DE MORADIA - Brasil 2001
Segundo Regiões e Tipo de Família

	Com Água Encanada	Com Saneamento Adequado	Com Coleta de Lixo	Com Iluminação Elétrica
FAMÍLIAS POBRES				
<i>Norte</i>	63%	10%	81%	97%
<i>Nordeste</i>	69%	27%	72%	93%
<i>Sudeste</i>	93%	72%	90%	98%
<i>Sul</i>	94%	40%	88%	98%
<i>Centro-Oeste</i>	85%	34%	89%	96%
<i>Total Brasil</i>	81%	43%	82%	96%
FAMÍLIAS INDIGENTES				
<i>Norte</i>	58%	8%	77%	93%
<i>Nordeste</i>	53%	19%	62%	87%
<i>Sudeste</i>	88%	61%	88%	98%
<i>Sul</i>	86%	39%	84%	93%
<i>Centro-Oeste</i>	80%	27%	88%	95%
<i>Total Brasil</i>	67%	32%	73%	91%
FAMÍLIAS NÃO POBRES NEM INDIGENTES				
<i>Norte</i>	83%	21%	92%	99%
<i>Nordeste</i>	83%	41%	83%	96%
<i>Sudeste</i>	98%	87%	97%	100%
<i>Sul</i>	98%	61%	92%	99%
<i>Centro-Oeste</i>	96%	52%	95%	99%
<i>Total Brasil</i>	94%	68%	93%	99%

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

Nota: 1) Foram excluídos os casos não classificados.

2) Saneamento adequado significa posse de rede coletora de esgoto ou pluvial ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial.

Tabela 31

PERCENTUAL DE FAMÍLIAS CHEFIADAS POR HOMENS COM DETERMINADAS CARACTERÍSTICAS DE MORADIA - Brasil 2001
Segundo Regiões e Tipo de Família

	Com Água Encanada	Com Saneamento Adequado	Com Coleta de Lixo	Com Iluminação Elétrica
FAMÍLIAS POBRES				
<i>Norte</i>	56%	6%	71%	94%
<i>Nordeste</i>	59%	17%	58%	88%
<i>Sudeste</i>	91%	59%	78%	97%
<i>Sul</i>	92%	26%	68%	94%
<i>Centro-Oeste</i>	81%	16%	72%	93%
<i>Total Brasil</i>	75%	30%	67%	92%
FAMÍLIAS INDIGENTES				
<i>Norte</i>	43%	4%	55%	87%
<i>Nordeste</i>	38%	9%	38%	77%
<i>Sudeste</i>	78%	44%	63%	92%
<i>Sul</i>	80%	13%	48%	82%
<i>Centro-Oeste</i>	67%	9%	57%	83%
<i>Total Brasil</i>	50%	16%	46%	81%
FAMÍLIAS NÃO POBRES NEM INDIGENTES				
<i>Norte</i>	79%	14%	87%	97%
<i>Nordeste</i>	78%	33%	75%	92%
<i>Sudeste</i>	98%	83%	94%	99%
<i>Sul</i>	98%	51%	86%	99%
<i>Centro-Oeste</i>	93%	34%	85%	97%
<i>Total Brasil</i>	93%	61%	88%	98%

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, Tabulações Especiais Melo & Nicoll, 2003.

Nota: 1) Foram excluídos os casos não classificados.

2) Saneamento adequado significa posse de rede coletora de esgoto ou pluvial ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial.

À GUIA DE CONCLUSÕES

O Brasil nos últimos vinte anos passou por grandes mudanças nos padrões sócio-econômicos da família à produção. Houve um progresso na redução das desigualdades de gênero e este sucesso influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres, porque proporcionou alterações na formação da identidade feminina, coadjuvado pela separação entre a sexualidade e a reprodução, proveniente da difusão da pílula anticoncepcional. Esta redefinição dos papéis femininos aconteceu em todas as classes sociais e elevou a taxa de participação feminina no mundo do trabalho e da política.

Analfabetas no início do século XX, as mulheres brasileiras fizeram extraordinários avanços na sua escolaridade e no final do século tem um grau de instrução, na média superior a dos homens. Cresceu sua participação no mercado de trabalho, embora ainda permaneçam diferenciais salariais, estes diminuíram na década de 1990. É importante assinalar que este diferencial de salário que ainda persiste é uma das explicações significativas da desigualdade de renda do país. A diferença em favor dos homens é muito grande – estes recebem 40% a mais que as mulheres. Esta diferença é pura discriminação e não é devido ao pior desempenho das mulheres na produção. Por último, este hiato é maior nos domicílios chefiados por mulheres. A proporção de mulheres chefes de família tem crescido no Brasil e isso provavelmente tem um impacto enorme no aumento da pobreza e da exclusão social.

Esta maior participação das mulheres no mercado de trabalho não significou uma melhoria na renda das famílias. Provavelmente, a queda da massa salarial brasileira não foi maior devido a este aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Mas, esta entrada ocorreu num contexto econômico adverso, com aumento do desemprego, desregulamentação do mercado de trabalho, perda de importância relativa do assalariamento, que obrigou mulheres e homens a recorrerem a estratégias de sobrevivência que provocaram o aumento da precariedade de suas condições de vida. Há uma concentração da atividade feminina nos segmentos menos organizados da economia, com maior recorrência de contratos informais e menor presença sindical.

Os pobres e indigentes podem não ser 49 milhões de pessoas que a linha de pobreza definida neste trabalho encontrou, mas há um contingente significativo de despossuídos na sociedade brasileira. Este número representa 29% das pessoas no Brasil de 2001 e 23% das famílias nacionais. Vivem nas grandes metrópoles brasileiras, nos grotões do Brasil rural e perambulam, sobretudo pelo interior das regiões Nordeste e Norte. A presença da pobreza é uma realidade brasileira, mas o que questionamos é o tamanho que estes números expressam. Que ela existe, existe, mas a sua real dimensão talvez não

seja exatamente esta. Urge explicitar isso na metodologia de escolhas dos métodos de mensuração, para que seja mais efetivo o desenho das políticas públicas de proteção social.

O rosto feminino da pobreza tem seus traços pintados com a dissolução dos laços familiares que provocou um aumento relativo das famílias cujas pessoas de referência são mulheres. Estas respondem por 27% das famílias pobres e 25% das indigentes. A dramaticidade destes dados fica acentuada quando se olha para as crianças, a proporção destas que vivem com o responsável sem cônjuge passou de 11,2% em 1991 para 16% em 2000 (3,6 milhões de menores) e 50% destas (1,8 milhões) vivem sós com responsáveis mulheres, sem cônjuges. Considerando apenas as crianças de zero a seis anos esta taxa de participação atinge 18% (IBGE, 2000) e esta proporção é bem superior no Distrito Federal e nas cidades de Salvador, Recife e Belém. Esta é uma triste realidade e uma sobrecarga para as mulheres, sobretudo as pobres que vêem seus companheiros mudarem de casa como trocam de roupa, sem nenhuma responsabilidade com os filhos gerados. Elas assumem sozinhas a tarefa de educar os filhos. Complementando esta observação, os dados gerados por este estudo, mostram que há uma maior concentração das crianças nas famílias indigentes e pobres o que significa taxas de fecundidade mais altas nessas famílias, enquanto que os idosos são mais numerosos nas famílias não pobres, conclui-se, então, que se nasce mais na pobreza, mas se vive menos nelas.

A geografia racial também diverge da distribuição da riqueza nacional, pois, a população acima das linhas de pobreza e indigência é composta por 62% de brancos e 37,5% por pretos e pardos, esta é uma distribuição demográfica racial diferente da encontrada para o Brasil, onde os brancos são 54% e os pretos e pardos 44% da população. Considerando apenas os pobres e indigentes a questão fica mais explicitada. Os pobres são 61% pretos e pardos e estes enquanto indigentes alcançam a extraordinária taxa de participação de 71% do total desta população. A escolaridade também acompanha a concentração da riqueza, assim as pessoas das famílias mais pobres concentram relativamente maior número de pessoas sem instrução, isto é, o analfabetismo é um problema dos pobres. Olhando para a população indigente os analfabetos e os com até 4 anos de estudos representam 81% destes e esta taxa de participação atinge 70% dos pobres, enquanto que para as pessoas não pobres esta taxa é de 44%. A instrução apesar do avanço da última década ainda é uma questão para a sociedade brasileira. Por último a penúria feminina é revelada na sua crueza pelos dados mostrados neste estudo, tanto a renda média como a mediana feminina são inferiores a masculina para todos os tipos de famílias. A desigualdade é uma realidade para todas as mulheres e pode-se afirmar que ser mulher é quase sinônimo de ser pobre, sobretudo se for preta ou parda.

Finalmente as características do conforto das moradias mostram o acesso aos serviços públicos básicos e revelam a quase universalização da energia elétrica, tanto do ponto de vista da pobreza como da distribuição territorial, não há discrepância entre as regiões. Os diferenciais de acesso para água, coleta de lixo e mesmo saneamento (esgoto sanitário) entre pobres (e indigentes) e não pobres existem, mas parecem modestos quando se consideram as respectivas rendas dos dois grupos. Apesar de no caso do saneamento haver uma diferença gritante entre o acesso a este serviço e aos demais, esta é uma questão nacional: cuja dificuldade é similar para todos que dependem da oferta pública desse serviço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIAGADA, Irma & TORRES, Carmen (editoras) "Gênero y Pobreza. Nuevas Dimensiones", ISIS International, Ediciones de las Mujeres, n. 26, Santiago de Chile, 1998.
- BANCO MUNDIAL, "A questão de gênero no Brasil", PENA, Maria Valéria Junho & PITANGUY, J. (coords), Brasília, Unidade de Gênero e CEPIA, 2003.
- BARROS, Katia Namir Machado, A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro nos anos noventa: segregação ocupacional e diferenciais de rendimento, Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 2003.
- BARROS, R., & FOX, L. & MENDONÇA, R., Poverty among female headed households in Brazil, Rio de Janeiro, IPEA, 1993 (Texto para Discussão, n.310).
- CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina, *The Equity Gap: a second assessment*. Second Regional Conference in Follow-up to the World Summit for Social Development, 2000 (a).
- _____, Panorama social de América Latina, Santiago do Chile, 2000.
- DEDDECA, Claudio S., "Tempo, Trabalho e Gênero", IE/UNICAMP, janeiro 2004 (mimeo).
- GROSSI, Mauro, & GRAZIANO, José & TABAKI, Maya, Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para a quantificação do problema no Brasil. Campinas, IE/UNICAMP, 2001 (texto para discussão).
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística "Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil, 2000", Rio de Janeiro, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.
- _____, "Síntese de Indicadores Sociais, 2002", Rio de Janeiro, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2003.
- _____, "Síntese de Indicadores Sociais, 1998", Rio de Janeiro, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2000.
- HASENBALG, C., Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1979.
- HOFFMANN, R., "Distribuição de Renda – Medidas de Desigualdade e Pobreza", São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- LAVINAS, Lena, "Pobreza, Desigualdade e Exclusão: contextos atuais", Prefeitura de São Paulo, Relatório de Pesquisa, Documento de Base URB-AL 10, 2003 (versão preliminar).
- _____, Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos, Rio de Janeiro: IPEA, 2001. TD, n. 826.
- LLUCH, C., "Sobre medições de renda a partir dos Censos e das Contas Nacionais", Rio de Janeiro, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, n.1, vol.12, 1982.

- MEDEIROS, Carlos Aguiar de, "Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil", em *Ensaíes FEE*, Porto Alegre, v.24, n.2, 2003.
- MELO, Hildete Pereira de & ARAÚJO, João Lizardo de & MARQUES, Teresa C.de N., "Raça e Nacionalidade no Mercado de Trabalho Carioca na Primeira República: o caso da Cervejaria Brahma" em *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 57 (3), jul/set 2003.
- MELO, Hildete Pereira de & LASTRES, Helena M.Martins, "Brasil – Gênero, Ciência, Tecnologia e Inovação – Um olhar feminino", Rio de Janeiro, UNESCO, 2003, mimeo.
- MELO, Hildete Pereira de & BARROS, Flávio, "O Desemprego no Feminino", em *Archétypon*, n. 22, jan/ab.2000.
- MELO, Hildete Pereira de & SABBATO, Alberto, "O feminino no mundo rural: um olhar pela PNAD/IBGE", em *Anais do X World Congress of Rural Sociology e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, 2000.
- MELO, Hildete Pereira de, "O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras", em MELO, H.P.de & SABBATO, A., (orgs.) "Os Serviços no Brasil – Estudos de Casos", Rio de Janeiro, MICT, ANPEC, IPEA, 1998.
- _____, & SERRANO, F., "A mulher como objeto da teoria econômica", em AGUIAR, N., "Gênero e Ciências Humanas – desafio às Ciências desde a perspectiva das mulheres", Rio de Janeiro, Record e Rosa dos Tempos, 1997.
- MONTEIRO, Carlos Augusto, A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil, em *Estudos Avançados*, v.9, n.24, 1995.
- NEY, Marlon Gomes & HOFFMANN, R., Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra, em *Economia*, vol.4, n.1, janeiro/junho de 2003.
- OAKLEY, A., *Sex, Gender and Society: Towards a New Society*, Londres, Maurice Temple Smith Ltd., 1972.
- PAIXÃO, Marcelo, "A hipótese do desespero: a questão racial em tempos de frente popular" em Observatório da Cidadania, Relatório 2003 – População versus Mercado, Rio de Janeiro, Instituto Del Tercer Mundo (ItEM) e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 2003.
- PROJETO FOME ZERO, Uma proposta de política de combate à fome no Brasil, São Paulo, Instituto Cidadania e Fundação Djama Guimarães, julho de 2001 – versão para discussão.
- REDE FEMINISTA DE SAÚDE – Rede Nacional Feminista de Saúde, "Assimetrias Raciais no Brasil – Alerta para a elaboração de políticas", Belo Horizonte, Rede Feminista de Saúde, 2003.
- RICARDO, D., Princípios de Economia Política e Tributação, São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- ROCHA, Sônia, "Pobreza no Brasil – Afinal, de que se trata?", Rio de Janeiro, FGV Editora, 2003.
- SALAMA, P. & DESTREMAU, Blandine, "O Tamanho da Pobreza – Economia Política da distribuição de Renda", Rio de Janeiro, Garamond Universitária, 1999.

SANTOS, José Alcides F. *Estrutura de Posições de Classe no Brasil – mapeamento, mudanças e efeitos na renda*, Belo Horizonte, Editora UFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2002.

SOIHET, Rachel, "História das Mulheres", em CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs), *Domínios da História*, Rio de Janeiro, Campus, 1997.